

de dezembro de 1993, ou seja, com um prazo muito exíguo para aprovação de amplas medidas fiscais.

AGRICULTURA

Em linhas gerais, o Plano Safra 1993/94 não propôs grandes modificações com relação aos planos anteriores. A novidade ficou por conta da intenção de estabelecer o sistema de equivalência-produto, modalidade de financiamento já introduzida em São Paulo, pelo Governo Fleury.

O último relatório de acompanhamento de safras do GCEA/IBGE (agosto/93) divulgou as estimativas de área plantada e de produção de trigo para 1993. De acordo com esse relatório, a área plantada no Rio Grande do Sul registrou um acréscimo de 9,8% sobre a primeira estimativa realizada em maio, o que significa um aumento de 20,4% sobre a área colhida do ano passado, que foi de 489 mil hectares. A produção, por sua vez, está estimada em 1,027 milhão de toneladas.

INDÚSTRIA

O desempenho da indústria nos sete primeiros meses de 1993 comparado com o no mesmo período do ano anterior, ressalvando que neste último a produção foi extremamente restrita, permite inferir que, com exceção de fevereiro, os outros meses registraram taxas de crescimento acima dos 10%.

Cabe observar que alguns ramos da indústria de transformação já alcançam níveis perigosamente elevados de uso da capacidade instalada, destacando-se entre esses o automobilístico (95%), o de papel para impressão (95%), o de pneumáticos e câmaras de ar (94%) e o de derivados de petróleo (94%).

A situação só não é mais grave, porque está havendo, na maioria dos ramos industriais, significativos ganhos de produtividade.

De janeiro a julho, o desempenho da indústria gaúcha foi superior ao da média nacional, ou seja, enquanto a indústria do País registrou, nos sete primeiros meses de 1993, a taxa de crescimento da produção de 10,66%, o setor fabril gaúcho acumulou no mesmo período a taxa de 16,71%.

Volume XXI - Número 4 - Janeiro/1994

POLÍTICA MONETÁRIA

A política econômica, ao longo de 1993, atuou tanto no sentido de manter sob controle a inflação quanto na preparação de terreno para um futuro plano de estabilização. Para isso, combinou medidas destinadas ao saneamento das finanças públicas com iniciativas nas áreas cambial e monetária. Em

maio de 1993, assumiu o Ministério da Fazenda o Ministro Fernando Henrique Cardoso, que, no final do mesmo mês, divulgou um novo programa — Plano de Ação Imediata (PAI) —, que se fundamentava principalmente em medidas na área fiscal.

De qualquer forma, além das iniciativas para o ajuste fiscal, algumas medidas adotadas, principalmente nos sete primeiros meses do ano, merecem destaque: mudanças na área cambial, com o intuito de reduzir as pressões monetárias daí derivadas; a tentativa de mudança na composição da dívida mobiliária federal em poder do público com o resgate de BBCs (títulos do Banco Central pré-fixados e de curtíssimo prazo) e sua substituição por NTNs (títulos do Tesouro pós-fixados, de prazos mais longos e de diferentes tipos).

Em 7 de dezembro, pressionado pela evolução crescente da inflação, o Ministro Fernando Henrique Cardoso anunciou seu plano de estabilização da economia, que deverá durar dois anos e prevê três etapas. A primeira — e a mais importante delas, na avaliação da equipe econômica — é a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Orçamento de 1994 proposto pelo Governo, com o déficit público zerado.

Além de sua utilização específica para inibir a especulação com moeda estrangeira, o aumento dos juros representou uma mudança na orientação da política monetária. Com a elevação dos juros, o BACEN pretendeu indicar, para os agentes econômicos, que não se encontrava amarrado a uma taxa real fixa baixa e que voltaria a utilizar de forma ativa a taxa de juros como instrumento antiinflacionário (evitando, por exemplo, a formação de estoques especulativos) e de sustentação das reservas internacionais.

POLÍTICA FISCAL

A análise das contas públicas em 1993 revela que os resultados não foram tão ruins como o Governo apregoava. O bom desempenho das receitas tributárias poderá até levar a um superávit primário. No entanto o crescimento da taxa de juros no segundo semestre acarretará uma elevação no pagamento de juros reais pelo setor público, o que poderá ocasionar um resultado operacional negativo.

Por sua vez, o ajuste fiscal pretendido pelo Governo indica um brutal aumento da carga tributária para 1994, cerca de 4% do PIB. Esse percentual elevaria a carga tributária de 1993, estimada em 24% do PIB, para 28% do PIB em 1994. Essa carga seria maior do que a alcançada em 1990 (27% do PIB) com o Plano Collor, que foi considerada a mais elevada dos últimos 20 anos. Isso significa um expressivo esforço fiscal, que levaria a um superávit primário, que certamente cobriria

os juros reais, permitindo até um superávit operacional. Dessa forma, a parcela financeira do déficit público seria totalmente coberta com recursos fiscais (não financeiros). O Governo conta, para isso, com a cobrança do IPMF e da COFINS, com a ampliação da incidência do IOF, com a redução dos prazos de recolhimento do IPI e com o aumento linear de 5% sobre os impostos e contribuições.

Pode-se concluir que o equilíbrio orçamentário do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1993 foi conseguido com muito esforço. Houve benefícios fiscais por um lado e aumento de carga do ICMS por outro. Tudo isso cercado de muita discussão em torno de medidas tributárias para fazer com que a arrecadação do ICMS não tivesse queda com a inflação. Dentre essas medidas, salienta-se a tentativa (fracassada) do Executivo de encurtar os prazos de recolhimento.

AGRICULTURA

O 1º Levantamento de Intenção de Plantio da Safra 1993/94, divulgado pelo Ministério da Agricultura, aponta uma produção que deverá oscilar, para as cinco lavouras aqui analisadas: arroz, feijão, milho, soja e trigo, entre um limite inferior de 67,1 milhões e um superior de 69,1 milhões de toneladas. O recorde histórico nacional para as cinco culturas consideradas foi alcançado em 1989, com 69,5 milhões de toneladas. Assim, a lavoura de grãos brasileira deverá produzir em 1994, no máximo, o mesmo volume que produziu em 1989, evidenciando, nestes últimos cinco anos, muita dificuldade para superar o recorde de produção alcançado em 1989, apesar das intenções manifestadas.

No tocante à agricultura gaúcha, as cinco lavouras consideradas apresentaram uma produção de 16,8 milhões de toneladas em 1993, igual à obtida em 1992 e 9,0% superior ao recorde histórico de 1989 (15,5 milhões de toneladas). Como ocorreu a nível nacional, essa produção foi obtida em uma área inferior à verificada em 1989. Em 1993, a área colhida foi de 6,6 milhões de hectares, enquanto, em 1989, esta havia sido de 7,0 milhões. Comparada ao recorde histórico de área colhida alcançado em 1979, com 8,526 milhões de hectares, observa-se uma redução de 22,6%. Essa redução de área vem sendo compensada pelo aumento de produtividade da mesma forma que a nível nacional. Apenas para dar uma idéia do aumento de produtividade, salienta-se que, no total das cinco lavouras de grãos, se observou um acréscimo de 17,4% sobre a média do período 1989-93.

INDÚSTRIA

Um traço muito marcante do comportamento da indústria brasileira ao longo de 1993 foi seu reencontro com taxas

positivas de crescimento da produção, conjugadas a índices baixos de absorção de mão-de-obra. Ora, o ano de 1992 havia sido marcado por uma onda violenta de demissões. A contração generalizada das folhas de pessoal — dentro de uma rígida estratégia de diminuição dos custos — materializou, nessas circunstâncias, uma das facetas socialmente mais perversas da acomodação de sobrevivência imposta às empresas pela prolongada recessão. As novas contratações, contudo, ocorreram a um ritmo muito aquém daquele que caracterizou o aumento dos níveis de produção.

Os esforços de reestruturação em curso têm em vista a elevação dos índices de qualidade e de produtividade da indústria brasileira, na busca de melhoria de suas condições de concorrência dentro de padrões internacionais. Estão aí envolvidos, sobretudo, novos processos de gerenciamento, induzindo a alterações administrativas e operacionais, todos em fina sintonia com o enxugamento da força de trabalho. A incorporação do *just-in-time* e da "qualidade total" são exemplos das medidas praticadas, que introduzem mudanças em um contexto de baixos investimentos em capital físico. É claro que esta última condição só não colocou maiores obstáculos até o presente porquanto existiam razoáveis índices de ociosidade na indústria nacional, cujo aproveitamento viabilizou a retomada do crescimento.

O exame do primeiro semestre de 1993 revela uma das recuperações de crescimento mais duráveis da indústria brasileira nos últimos anos. A curva ascendente teve início, na realidade, em outubro de 1992 e, exceto pela solução de continuidade verificada no mês de abril de 1993, prolongou-se até maio. A bem da verdade, deve ser dito que se tratou acima de tudo da reversão de uma tendência à recessão há longo tempo instalada. Isso pode ser melhor compreendido a partir da constatação de que as maiores fontes de dinamismo para a sustentação da retomada de crescimento estiveram muito ligadas à categoria bens duráveis e igualmente, em segmentos específicos, à bens de capital.

EMPREGO E SALÁRIO

O nível de ocupação na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) em 1993 apresentou, até julho, um comportamento oscilatório, em que variações mensais positivas se alternavam com negativas. Já nos meses de agosto, setembro e outubro, observaram-se variações positivas do indicador sob análise, fazendo com que o nível de ocupação estivesse, neste último mês, 4,5% acima do verificado em outubro de 1992 e 2,5% superior ao de dezembro deste último ano.

No ano de 1993, conviveu-se com duas políticas salariais. Lembrando, de uma forma breve, a política que vigorou de janeiro a julho de 1993 tinha as seguintes características: os salários eram reajustados quadrimestralmente, na faixa até seis salários mínimos (SM), pelo Fator de Atualização Salarial (FAS), o qual era obtido a partir do Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) acumulado nos quatro meses imediatamente anteriores ao mês de referência do FAS; os salários recebiam, ao final do segundo mês do quadrimestre, antecipações de no mínimo 60% do IRSM acumulado, as quais eram descontadas quando do reajuste quadrimestral.

Em agosto, o Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória nº 340, que estabelecia, basicamente, as seguintes regras: Mensalmente, os salários, na faixa até seis SM, recebem um reajuste que corresponde a variação do IRSM acima de 10%; e, a cada quadrimestre, na faixa até seis SM, os salários recebem um reajuste pelo FAS, com desconto dos reajustes mensais do quadrimestre.

COMÉRCIO EXTERNO

Ao final do mês de setembro de 1993, o Governo anunciou sua intenção de unificar os mercados cambiais que operam no País: do dólar comercial, do flutuante e do paralelo. A simples divulgação dessa notícia provocou um virtual desaparecimento do ágio entre os três mercados, que, no mês de agosto, girou em torno de 10% entre os dólares comercial e paralelo e, ao final de setembro, caiu para cerca de 1% a 2%.

A balança comercial brasileira, de janeiro a outubro de 1993, alcançou um superávit US\$ 11,394 bilhões, 9,06% inferior ao saldo comercial registrado em igual período do ano anterior, que foi de US\$ 12,529 bilhões. O crescimento das exportações, embora estas tivessem alcançado um total de US\$ 32,185 bilhões nos primeiros 10 meses de 1993 contra US\$ 29,098 bilhões de janeiro a outubro de 1992, não conseguiu acompanhar o desempenho das importações. Enquanto as vendas externas cresceram no período 10,61%, as compras do Exterior elevaram-se em 25,48% (US\$ 20,791 bilhões no acumulado de janeiro a outubro de 1993 e US\$ 16,569 bilhões de janeiro a outubro de 1992). Em função desse aumento nas vendas e nas compras externas, a corrente de comércio (exportações mais importações), que nos 10 primeiros meses de 1992 havia sido de US\$ 45,667 bilhões, elevou-se em 16%, alcançando, até outubro de 1993, um total de US\$ 52,976 bilhões.

Embora a Comunidade Econômica Européia continue sendo o principal mercado para os produtos brasileiros, com

25,9% de participação na pauta de exportação brasileira, de janeiro a outubro de 1993, a América Latina vem se firmando como grande compradora dos produtos brasileiros, participando com 23,3% no mesmo período. Em 1990, esse percentual era de 10,1% e desde então vem se elevando ano a ano, graças ao expressivo aumento nas vendas para a região.

Essa não é a única mudança de rota nas exportações brasileiras. Outro mercado promissor para as vendas externas brasileiras tem sido a China, cujo valor das receitas de exportação do Brasil para esse país se elevou em 91,86%, alcançando, até outubro de 1993, quase US\$ 800 milhões. Os principais produtos vendidos para a China foram aço, minério de ferro, cobre, alumínio e óleo de soja. Por outro lado, esse país pode vir a se transformar num concorrente para tradicionais produtos da pauta de exportação brasileira, especialmente calçados.

Até outubro de 1993, as reservas externas do Brasil já haviam atingido um total de US\$ 29,019 bilhões, pelo conceito de liquidez internacional do Fundo Monetário Internacional, que mede os haveres de curto, médio e longo prazos. Pelo conceito de caixa do Banco Central, que contabiliza apenas o disponível a curto prazo, as reservas do País alcançaram US\$ 22,229 bilhões.

Além disso, a maior intensidade da atividade econômica brasileira em 1993 contribuiu para a expansão das importações brasileiras de produtos argentinos, as quais apresentaram um aumento de 75,25% no período em estudo.

Volume XXII - Número 1 - Maio/1994

POLÍTICA MONETÁRIA

O Programa de Estabilização Econômica do ex-Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, prevê três fases distintas.

A primeira é a do estabelecimento do equilíbrio orçamentário a curto prazo (1994-95), com estimativa de um déficit igual a zero no conceito operacional. Para isso, o Governo vem trabalhando desde o segundo semestre de 1993. Essa etapa encerrou com a recente aprovação pelo Congresso do Fundo Social de Emergência (FSE), cujo principal objetivo é equacionar o financiamento dos principais programas sociais, que, na proposta orçamentária original, mesmo após os cortes feitos, teriam de ser financiados por fontes inflacionárias.

A segunda fase compreende a tomada de medidas para reduzir a influência da inflação passada sobre a inflação

corrente. A idéia central é reduzir a memória que a indexação introduz no processo inflacionário, através da adoção da URV baseada na inflação corrente, que deverá, por conseguinte, estar subordinada à convicção de que o processo de reorganização fiscal está suficientemente avançado para ser percebido como irreversível. Esta será a garantia de que o Governo não precisará mais emitir moeda ou quase-moeda para financiar o seu déficit.

Finalmente, a terceira fase é aquela em que a economia terá um novo padrão monetário, o real, que será uma moeda forte e de poder aquisitivo estável.

Com a introdução, a partir de 1º de março, da segunda fase do Programa de Estabilização Econômica — adoção da URV —, o Governo pretende adequar os preços da economia a um único indexador, promovendo a sincronização de todos os reajustes de preços e rendimentos. Tal fato tem a finalidade de facilitar, na terceira fase, a implantação de um novo padrão monetário na economia, o real, que substituirá o atual cruzeiro real.

Nesse período de transição para o novo padrão monetário, a economia passa a conviver com três moedas: o cruzeiro real, que tem a função de meio de troca, pois tem curso legal; a moeda indexada, ou seja, os ativos financeiros indexados que servem como reserva de valor; e a URV, que, por força de medida provisória, tem a função de unidade de conta.

O princípio que rege o Programa de Estabilização Econômica é o do Plano "Larida", onde a premissa básica é a de que a inflação no momento é principalmente inercial. Com a URV, a equipe econômica pretende organizar o processo de fixação de preços na economia, de forma a eliminar o componente inercial da inflação numa nova unidade de conta.

POLÍTICA FISCAL

O Programa de Estabilização Econômica anunciado pelo Governo Federal no início do mês de dezembro determinou que "a reorganização fiscal do Estado é a sua pedra fundamental". Conseqüentemente, ele é composto, em sua primeira etapa, do chamado "Ajuste Fiscal e Início do Processo de Mudança de Regime Fiscal", ou o "Equilíbrio 1994/95" (curto prazo).

O pacote fiscal, em primeiro lugar, reduziu os prazos de apuração e recolhimento de todos os impostos federais. Em segundo lugar, o pacote elevou as alíquotas do Imposto de Renda-pessoa física (IRPF) para os contribuintes sujeitos à faixa de 25%, que passam a recolher impostos com base numa alíquota de 26,6%. As empresas também passam a pagar mais impostos, com um aumento de 5% nas alíquotas,

incluindo o adicional sobre o lucro real. Assim, a alíquota de 25% sobe para 26,25% e atinge 350 mil empresas em todo o País; também o adicional sobre o lucro real ou arbitrado passa de 10% para 10,5% para as empresas que lucram acima de 25 mil UFIRs mensais.

Mas é importante salientar que o principal Instrumento programado pela equipe econômica para garantir a anulação do déficit público do ano de 1994 é o Fundo Social de Emergência (FSE), que vigorará por um período de dois anos (1994 e 1995).

Os empresários invariavelmente ameaçam elevar os preços dos produtos em, no mínimo, 20% para enfrentar as mudanças no sistema tributário. De uma forma geral, os empresários condenam aumentos dos tributos, explicando que a carga tributária já está muito alta, e desprezam qualquer tentativa de controle de preços por parte do Governo, como, por exemplo, através das Câmaras Setoriais.

INDÚSTRIA

Em síntese, pode-se dizer que o ano de 1994 inicia apresentando uma situação bem mais confortável que o anterior. Essa afirmação não implica, porém, que se descortine um horizonte nítido para a efetiva retomada do processo de industrialização nacional. Tal fato dependerá, em última análise, da solução de várias questões que permanecem indefinidas no cenário brasileiro e que, de uma forma ou de outra, se relacionam com o "nó górdio" da estabilização. Algumas, bastante pontuais, como são a excentricidade de o País ainda não ter aprovado em abril o orçamento do ano em curso, a incerteza que envolve a introdução da nova moeda e suas repercussões nas taxas de câmbio e de juros; outras, bem mais amplas e profundas, como é o caso da revisão constitucional. Afinal, depende do rumo da Constituição a orientação que tomarão o programa de privatizações, a reforma tributária, a abertura na concessão de serviços públicos e o relacionamento com o capital externo, dentre outras medidas.

Juntamente com o desenho de um novo padrão de financiamento de longo prazo, essas são definições essenciais para que a economia brasileira possa elevar sua taxa de investimento dos atuais 14% do PIB para o nível histórico de mais de 20%. Até lá, a atitude do empresariado será muito mais de cautela e de expectativa.

Os números finais relativos ao comportamento da produção física da indústria gaúcha em 1993 indicam um crescimento regional recorde de 13,7%, 4,1 pontos percentuais acima da média nacional (9,6%), confirmando uma tendência já manifestada ao longo de praticamente todo

o ano. Essa boa *performance* do parque industrial gaúcho representou, também, o nível de produção mais elevado desde 1981, resultado este bastante influenciado pela importância da agroindústria na estrutura fabril local, pelo desempenho da indústria automobilística a nível nacional e pelo incremento na capacidade de exportação do Estado em 1993.

COMÉRCIO EXTERNO

O Programa de Estabilização Econômica, dentre todos os demais planos de estabilização propostos nos últimos anos, a começar pelo Plano Cruzado, parece ser aquele com mais chances de alcançar os objetivos para os quais foi criado, graças à excepcional situação financeira externa do País. Tanto a balança comercial como o afluxo de capitais externos vêm apresentando saldos positivos, os quais têm permitido que o nível das reservas externas do País garanta uma certa continuidade ao processo de ajustamento proposto pelo Governo.

Externamente, cooperaram a folga na política monetária americana e o excesso de liquidez do sistema financeiro internacional, cujo resultado se refletiu em baixas taxas de juros externos e permitiu o surgimento de mercados emergentes, para onde se dirigiram os capitais especulativos. Até então, apenas as grandes praças financeiras do Mundo eram os receptáculos desses capitais. Com taxas internas de juros bastante superiores às taxas internacionais e com o preço das ações cotadas em seu mercado acionário abaixo dos seus valores reais, o Brasil tem sido um desses mercados emergentes mais atrativos para o capital externo. Tais fatos permitiram que o nível das reservas cambiais do País fechasse o ano de 1993 alcançando os US\$ 32,2 bilhões e, ao final de janeiro de 1994, já batia os US\$ 35,4 bilhões.

É intenção do Governo lastrear a nova moeda (*real*) em reservas cambiais, prática utilizada em programas de estabilização como forma de garantir a credibilidade da moeda e de restringir o poder de criar moeda do órgão emissor, o Banco Central, com vistas a reduzir o ritmo inflacionário, estabelecendo-se, assim, uma âncora cambial.

Após quase 12 anos de tentativas frustradas para negociar sua dívida externa com os banqueiros privados internacionais, tudo indica que agora o Brasil finalmente conseguiu chegar a um consenso com seus credores e fechar um acordo para os pagamentos devidos à comunidade financeira internacional privada.

Dos US\$ 134 bilhões devidos pelo Brasil, US\$ 52,9 bilhões fazem parte dessa renegociação e estão assim distribuídos:

US\$ 35 bilhões para os credores privados internacionais; US\$ 6,9 bilhões para os bancos brasileiros no Exterior; US\$ 4 bilhões de dinheiro novo emprestado ao País em 1988 e US\$ 7 bilhões correspondentes aos juros atrasados entre 1991 e 1994. Ironicamente, depois de inúmeras cartas de intenções enviadas ao Fundo Monetário Internacional (FMI) nesses quase 12 anos de penúria enfrentados pelo País, com vistas a receber o aval necessário dessa instituição e, a partir desse aval, fechar o acordo com os banqueiros, desta vez este último se fez sem as bênçãos do Fundo.

AGRICULTURA

Deve-se perguntar quais as razões que levaram a esse novo "recorde" na produção nacional de grãos, que, pelas estimativas de março do IBGE, totalizará 74.836 mil toneladas, ou seja, 8,21% superior à do ano passado e 4,20% acima da safra de 1988/89, a maior até o momento. O primeiro fator refere-se ao bom desenvolvimento das condições climáticas, ainda que tenham ocorrido alguns problemas localizados, bem como um atraso no plantio de alguns cultivos, como, por exemplo, do arroz irrigado.

No caso do Rio Grande do Sul, observa-se que sua produção deverá situar-se no mesmo nível dos dois anos anteriores, ou seja, ao redor de 17 milhões de toneladas. Nesse sentido, pode-se esperar que a agricultura gaúcha continue a auxiliar no desempenho positivo da economia do Estado, como se viu no ano de 1993, em razão de sua íntima relação com o setor industrial (FSP, 29.3.94a, p.1) e da significativa participação da agroindústria na formação do Produto gaúcho.

EMPREGO E SALÁRIO

A situação do mercado de trabalho da RMPA, retratada pelos resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-RMPA), nos meses de janeiro e fevereiro de 1994, caracterizou-se pela retração da População Economicamente Ativa (PEA). No que tange à taxa de desemprego, observa-se uma elevação no mês de fevereiro, passando dos 9,9% registrados no mês anterior para 10,4%, interrompendo-se, assim, o movimento de declínio que vinha acontecendo desde o mês de maio de 1993. Tal elevação fez com que, em termos absolutos, 147 mil pessoas — sete mil a mais do que em janeiro — passassem à situação de desemprego na RMPA.

Essa elevação da taxa de desemprego não reflete, contudo, toda a dimensão da crise no mercado de trabalho. Isto porque se observou um declínio, desde dezembro de 1993, do nível de ocupação, que está se refletindo também num aumento da inatividade, através da retração da PEA. Caso essa redução

do número de ocupados não tivesse sido acompanhado da diminuição na taxa de participação, a taxa de desemprego na RMPA seria bem superior aos 10,4% registrados em fevereiro.

Volume XXII - Número 2 - Agosto/1994

POLÍTICA MONETÁRIA

Parece haver uma controvérsia entre os economistas em torno de qual é a âncora principal nessa nova fase do Programa de Estabilização Econômica.

Os que sustentam que é a monetária e não a cambial enumeram três razões: primeiro, porque há uma flutuação na taxa de compra do câmbio; depois, porque não há compromissos firmes com o câmbio fixo, isto é, o CMN pode alterá-lo a qualquer momento; e, terceiro, porque a coerência do Plano exige que o câmbio seja flutuante mais à frente, ainda que a passagem para a variação cambial seja gradual. Não é possível controlar a expansão da moeda e o câmbio ao mesmo tempo, por um prazo relativamente longo, numa economia aberta.

Quanto à execução, em si, da política monetária proposta nessa fase, podemos dizer que ela só será eficaz se romper com a passividade anterior. O BACEN vinha operando de forma a garantir ao sistema financeiro a recompra automática de títulos públicos ao final do dia — a "zeragem" —, sempre que havia falta de recursos, sancionando expansões monetárias. Nesse contexto, simplesmente fixar juros altos pouco ajuda como mecanismo de controle monetário, servindo apenas para desestimular a demanda. Sem romper com essa prática e sem acabar com as "moedas indexadas" (por exemplo, fundos remunerados com liquidez absoluta), não se terá política monetária eficaz.

POLÍTICA FISCAL

Parece haver consenso de que o equilíbrio das contas públicas é condição necessária para a estabilidade da economia. Nesse sentido, o Governo iniciou, em dezembro de 1993, o seu Programa de Estabilização Econômica com um ajuste fiscal.

Passados sete meses da divulgação do Programa, este texto tem como objetivo analisar as contas do Governo nesse período, levando em conta as alterações tributárias ocorridas com o Programa. Essas medidas, se forem aprovadas, significam uma contenção rigorosa do crédito ao setor público.

Com a criação do real e a estabilização da economia, esperam-se alterações nas contas públicas. A inflação caindo, supõe-se que ocorra uma remonetização da economia,

reduzindo as aplicações financeiras. Nesse sentido, deverá ocorrer uma queda na arrecadação de impostos baseados nos ganhos inflacionários, como é o caso do IPMF e do IOF.

Do ponto de vista da estabilidade do Plano, a manutenção de taxas de juros reais elevadas poderá representar um risco para o Governo, na medida em que se reflete num aumento dos encargos da dívida mobiliária interna.

AGRICULTURA

O Plano Real, no que diz respeito à agricultura, guarda algumas diferenças relativamente aos planos de ajuste que o precederam. De um lado, é o primeiro que está sendo implantado em etapas que já se estendem por oito meses. Isso introduz a suposição de que os agentes econômicos em geral e o Governo em particular tiveram, ao contrário dos planos precedentes, tempo para as adaptações necessárias tanto no campo administrativo quanto no campo econômico-financeiro.

O fato de o Plano Real estar sendo implantado na entrada do segundo semestre traz, entretanto, o inconveniente de coincidir com o período de entressafra de grãos e de carne bovina, itens fundamentais na composição da cesta básica. Nesse período, os agentes econômicos passam a operar com a expectativa de que os preços dos produtos agrícolas tendam a assumir patamares mais elevados, como decorrência da redução da oferta. Se os agricultores estiverem convencidos de que o Plano Real e sua política agrícola lhes serão favoráveis, certamente responderão proporcionalmente, ao planejarem a oferta para o próximo ano. Caso contrário, a atual equipe terá de começar a trabalhar com a hipótese de restrições por parte da oferta agrícola no horizonte que ultrapassa o final deste ano. Construir um cenário para além desse limite transcende o campo econômico e invade o campo político, ampliando o leque de hipóteses para além dos objetivos deste texto.

Assim, é possível verificar-se que os problemas da produção e da distribuição de alimentos no Brasil vão muito além de um plano de ajuste econômico. Ele pode ser certamente, um ponto de partida.

INDÚSTRIA

À primeira vista, o Plano Real, tal como está definido, apresenta um conteúdo recessivo, quer pelo controle da oferta de moeda, quer pela perda de poder de compra dos assalariados, quer pela possibilidade de elevação dos preços das exportações e pela conseqüente perda de competitividade dos produtos brasileiros, quer, finalmente, pela manutenção de taxas de juros elevadas. Entretanto as expectativas dos

empresários são de que, caso a estabilização venha a ocorrer, possa continuar o processo de crescimento e de modernização. Cabe lembrar que o conceito de estabilização, tal como está proposto no Plano Real, não implica melhoria de condições sociais, uma vez que não contempla aspectos como distribuição da renda e geração de emprego.

A recuperação do crescimento da produção industrial iniciada em 1993 sofreu uma interrupção em fevereiro, sendo retomada no mês de março. Portanto, os resultados do primeiro trimestre poderiam ser considerados como satisfatórios. O mesmo movimento observou-se a nível dos gêneros industriais; apenas as indústrias de produtos alimentares e bebidas não sofreram redução no mês de fevereiro. A comparação das taxas de crescimento acumuladas até março de 1994 possibilita verificar que a indústria do Rio Grande do Sul apresentou um crescimento inferior ao da indústria nacional, respectivamente, 1,64% e 7,59%.

As taxas de crescimento acumuladas no ano para os diversos gêneros da atividade manufatureira do Rio Grande do Sul, revela efetivamente uma tendência declinante das taxas a partir do segundo semestre de 1993 até o fim do primeiro trimestre de 1994. Em outras palavras, a indústria de transformação do Rio Grande do Sul não conseguiu, a partir do segundo semestre de 1993, sustentar ritmo de crescimento verificado durante praticamente todo o primeiro semestre de 1993.

EMPREGO E SALÁRIO

Nas últimas semanas, a imprensa tem destacado como uma das prioridades básicas de todos os candidatos à presidência da República a questão do emprego. Embora louvável a preocupação dos candidatos, deve-se ter cautela com a própria noção de "política de emprego", já que a geração de postos de trabalho é necessariamente conseqüência de uma série de políticas de outra natureza.

Dessa maneira, para haver possibilidades efetivas de diminuição do desemprego, é preciso criar mecanismos institucionais que incentivem as empresas a não demitirem. Gerar empregos é sinônimo de crescimento econômico e de políticas de oferta, as quais não dependem deste ou daquele ministério, mas de efetiva gerência macroeconômica. Uma das principais condições para que a economia brasileira volte a crescer é a conjugação das políticas de estabilização com as políticas de desenvolvimento.

A realidade do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre acompanha as tendências

apontadas quanto ao quadro brasileiro. Observa-se, com o auxílio dos dados da PED-RMPA, que a recuperação do mercado de trabalho no ano de 1993 foi muito lenta. De um lado, o crescimento do número de ocupados foi praticamente igual ao da população em idade ativa (PIA) e, de outro, a taxa de participação – que informa a proporção de pessoas com 10 anos ou mais de idade que estão inseridas no mercado de trabalho, quer como ocupados, quer como desempregados – reduziu-se de 58,2% para 56,8%. Esses resultados frustram as expectativas quanto ao desempenho do mercado de trabalho em uma conjuntura de recuperação da atividade econômica, como foi o ano de 1993.

Em relação ao comportamento do salário mínimo, constatou-se que, apesar de seu valor ter sido corrigido pela Unidade Real de Valor, na segunda fase do Programa de Estabilização Econômica do Governo, houve uma acentuada queda no seu poder aquisitivo.

COMÉRCIO EXTERNO

Independentemente da polêmica que se instalou entre os economistas de diferentes tendências, uns defendendo que a principal âncora do Plano é a cambial e outros argumentando que é a monetária, interessa resgatar neste debate a característica fundamental do Plano, que é a sua flexibilidade. Em primeiro lugar, porque não se apelou para o artifício da conversibilidade, como no Plano Cavallo da Argentina, que estabeleceu uma taxa de câmbio fixa e a livre conversibilidade de moeda. Isso produziu, na Argentina, um efeito instantâneo de confiança no Plano, mas, ao mesmo tempo, colocou uma rigidez no gerenciamento do mesmo, que se traduziu em perda de competitividade das exportações argentinas e em saldos deficitários crescentes na balança comercial.

Os cuidados do Governo para evitar um controle direto sobre os fluxos de capital, via tributação e fixação de prazos para saída, são perfeitamente compreensíveis. Em economias abertas e sujeitas aos efeitos da internacionalização financeira, o controle direto sobre os fluxos de capital pode se configurar numa imprudência, principalmente num país como o Brasil, que precisa manter o nível atual das reservas e contar com os recursos de poupança externa na retomada do desenvolvimento econômico.

Em relação ao volume de comércio exterior, a *performance* da balança comercial está a indicar que o mesmo mudou de patamar.

Entretanto, se as perspectivas para o setor exportador para o segundo semestre de 1994 não são alarmantes, existe

uma situação de efeito retardado que pode chegar a comprometer mais adiante o Programa de Estabilização Econômica.

Em síntese, a balança comercial e os exportadores têm condições de absorver o impacto inicial do câmbio fixo, mas o Governo deve divulgar e colocar em prática, o mais cedo possível, as medidas de estímulo previstas para o setor exportador para compensar as pressões de custos que o mesmo passará a sofrer numa fase mais adiantada do Plano Real.

Uma análise das exportações brasileiras por principais blocos econômicos ressaeta o importante papel que o mercado latino-americano está desempenhando no comércio exterior brasileiro. As vendas para o MERCOSUL mais as vendas para o resto da ALADI representaram 23,58% das exportações brasileiras no ano de 1993, superiores, portanto, às exportações destinadas aos Estados Unidos e ao Canadá (21,86%) e pouco abaixo dos 25,92% exportados para a União Européia. Os incrementos de destaque verificaram-se nas vendas para a Argentina (20,45%), Paraguai (76,81%) e Uruguai (50,70%), todos membros do MERCOSUL.

Volume XXII - Número 3 - Novembro/1994

**POLÍTICA
MONETÁRIA**

A impressão que se tem ao analisar a atual conjuntura econômica é a de que o Governo praticamente esgotou o seu arsenal de política monetária para manter a inflação a níveis baixos. O fôlego dos instrumentos desse tipo de política que controla a oferta da moeda é de curto prazo, pois, ao inibirem o crédito por muito tempo, acabam tomando-se recessivos.

Assim, passados três meses da implantação do Plano Real, observa-se, por exemplo, os banqueiros solicitando ao BACEN um abrandamento na contenção do crédito, pressões altistas de preços em certos segmentos da economia, além de reivindicações salariais de categorias de trabalhadores que têm dissídio a partir de setembro. Dessa forma, o gerenciamento do Plano passa, muito provavelmente, pela realização de acordos entre empresários, Governo e trabalhadores, na tentativa de manter-se a inflação a níveis baixos até, pelo menos, o final do ano, quando, após a posse do novo Governo, se começaria a pensar em reformas estruturais que garantissem em definitivo a estabilização da economia e permitissem iniciar uma trajetória de crescimento.

**POLÍTICA
FISCAL**

O ajuste fiscal temporário implementado pela União no final do ano de 1993 baseou-se principalmente no Fundo

Social de Emergência (FSE) e na volta do Imposto sobre Movimentações Financeiras (IPMF) e tem garantido um certo equilíbrio entre as receitas e as despesas, no ano de 1994.

Pode-se dizer também que o Fundo Social de Emergência e o IPMF estão fazendo com que as contas federais mantenham um certo equilíbrio. Inclusive as informações preliminares das contas do Tesouro e da Previdência (consolidadas) mostraram que existe um superávit no primeiro semestre de 1994. A previsão para os próximos meses é de equilíbrio nas contas federais, mesmo com a redução dos "ganhos" reais com a inflação em nível baixo e mesmo que o Governo tenha que aumentar os seus gastos.

Entretanto é importante não esquecer que esse equilíbrio é muito circunstancial e que não houve ainda uma mudança estrutural no setor público. É necessário discutir desde já as reformas fiscal, previdenciária e tributária que deverão garantir o equilíbrio financeiro das contas públicas no longo prazo.

AGRICULTURA

O Plano de Safra 1994/95, assume uma característica especial: ele foi criado, como já dissemos, em meio a um Plano de Estabilização, através do qual — e mais do que nunca, dada a proximidade das eleições — as autoridades governamentais colocam em jogo sua credibilidade perante a sociedade brasileira. Recordemos que o modelo de financiamento ao setor agrícola desenvolvido no final dos anos 60 desmoronou a partir dos anos 80. E não foi substituído, à altura, por nenhum outro. De lá para cá, desenvolveram-se formas híbridas, com os sucessivos governos ora protegendo um pouco mais a agricultura, ora a deixando submetida às forças de mercado. Nessa perspectiva, o Plano de Safra atual, em tese, representa um retorno à política agrícola subsidiada nos moldes da verificada até 1984, ainda que numa escala muito menor.

Para a safra 1994/95, os recursos oriundos dessas fontes alternativas de financiamento deverão tornar-se mais restritos. Isto porque, dada a defasagem cambial, as empresas exportadoras estão tendo dificuldades em financiar os agricultores. Ademais, as indústrias processadoras deverão reduzir a aquisição da soja verde — compra no plantio para entregar na colheita —, uma vez que muitos produtores não honraram seus compromissos da safra 1993/94.

INDÚSTRIA

O período jan.-mar./94 apresentou crescimento de 5,63% em relação ao início de 1993, e o trimestre abr.-jun. teve incremento de 3,38% em relação ao seu correspondente em 1993. Com essa separação do movimento dos primeiros seis

meses do ano, é possível observar uma tendência de desaceleração do crescimento, tanto mais quando se avaliam os resultados dos trimestres anteriores. Para corroborar essa observação, pode-se comparar, pela série de dados dessazonalizados, a evolução da atividade do primeiro com a do segundo trimestre de 1994. Verifica-se, nesse caso, uma queda de 2,36% da produção industrial, o que evidencia a idéia de desaceleração. No primeiro semestre de 1994, deve-se destacar que os gêneros-líderes do crescimento foram os ligados à produção de bens de capital e de bens de consumo duráveis.

A nova moeda, que começou a vigorar a partir de julho, foi responsável, durante seu primeiro mês, pela continuidade do clima de incerteza vivido nos últimos meses do cruzeiro real, ou seja, na fase dois do Plano Real. Passado o primeiro impacto, os agentes em geral sentiram-se mais à vontade no trato com a nova moeda, e as tensões iniciais de ajustes de preços relativos desfizeram-se, evidentemente com prejuízos, em alguns casos, irrecuperáveis. De qualquer forma, o corte abrupto da inflação mais uma vez trouxe o conhecido efeito de expansão rápida de consumo, seja de bens básicos, seja de bens duráveis. Desta feita, parece claro que o *marketing* do Plano foi mais bem conduzido do que de outras vezes, incluindo elementos novos e até mesmo vinculando-o naturalmente — a coincidência temporal tornava impossível a separação — ao episódio eleitoral. As novidades ficaram por conta da ausência do desgastado mecanismo do congelamento de preços.

EMPREGO E SALÁRIO

Em suma, durante a fase dois, apesar do papel importante cumprido pela URV, ao criar um parâmetro único para os diferentes preços da economia, os salários ficaram apenas parcialmente protegidos. Os milhões de trabalhadores, de menor poder aquisitivo, que não tinham acesso às diversas aplicações financeiras, perdiam poder de compra todos os dias. Esse grave problema, no entanto, o Programa de Estabilização Econômica pretende eliminar na sua terceira fase, se efetivamente lograr êxito na estabilização dos preços.

A acelerada ampliação do desemprego é o movimento que melhor expressa a rapidez e a intensidade do processo de retração das oportunidades ocupacionais da RMPA. Entre janeiro e julho deste ano, a parcela em desemprego passou de 9,9% para 12,9% da PEA. Isso significa que em torno de 45 mil pessoas foram incorporadas ao contingente de desempregados. Em agosto, todavia, houve uma interrupção dessa tendência, acenando com a possibilidade de recuperação do mercado de trabalho.

De todo o modo, o ressurgimento do desemprego no Brasil como fenômeno de grandes proporções, devido à retração de contingente de ocupados, ficou mais evidente nos anos 90. Efetivamente, processa-se uma reestruturação do mercado de trabalho, relacionada à difusão da automação industrial e da bancária, à informatização dos mais variados processos de produção e de trabalho, de novas formas de gestão e de práticas administrativas, como a terceirização, etc.

SETOR EXTERNO

Até julho de 1994, a balança comercial brasileira já havia registrado um superávit de US\$ 8,176 bilhões, com as exportações totalizando US\$ 23,839 bilhões, e as importações, US\$ 15,663 bilhões. A corrente de comércio (exportações mais importações), por sua vez, alcançou, no período jan.-jul./94, US\$ 39,502 bilhões, um recorde histórico para o período, decorrente não só do aumento das exportações (9,21% em relação a igual período do ano passado) como do incremento de 11,5% nas importações. O incremento nas receitas de exportações deve-se, em grande parte, à já esperada antecipação do fechamento dos contratos de câmbio, tendo em vista a perspectiva de uma valorização cambial futura a partir da implantação do Plano Real. No que se refere às importações, a nota de destaque do trimestre é redução das tarifas de importação decidida pelo Governo Federal em meados de setembro. Tal medida teve como objetivo a diminuição das pressões altistas sobre os preços internos, além de contribuir para o aumento da demanda por dólares, com vistas a regularizar o mercado cambial.

Confirmadas as expectativas de que, após a implantação do Plano Real, o dólar continuaria desvalorizando-se frente à moeda brasileira, o momento atual tem se caracterizado pela tentativa de convivência e de adaptação ao fenômeno, tendo em vista que, no seu histórico, na economia brasileira sempre houve com uma situação de penúria cambial e hoje se mostra perplexa diante do fato novo.

Volume XXII - Número 4 - Janeiro/1995

PANORAMA GERAL

O PIB da economia gaúcha obteve, em 1994, um modesto crescimento de 2,03%, quando comparado ao do ano anterior. Com isso, o PIB gaúcho sofreu uma considerável desaceleração, se o compararmos com as elevadas taxas de crescimento dos dois anos anteriores. No entanto, pelo terceiro ano consecutivo, o PIB gaúcho apresentou uma taxa positiva de crescimento. Com esse desempenho, o PIB do Estado

atingiu um valor de US\$ 40,2 bilhões, enquanto a renda *per capita* alcançou a cifra de US\$ 4.245.

POLÍTICA MONETÁRIA

O Programa de Estabilização Econômica do ex-Ministro da Fazenda (agora eleito Presidente da República) Fernando Henrique Cardoso (Plano FHC), anunciado em dezembro de 1993, foi implementado ao longo do ano de 1994, através de três fases distintas.

A primeira foi a do estabelecimento de um ajuste fiscal para os anos de 1994 e 1995, com estimativa de um déficit igual a zero no conceito operacional. Para isso, o Governo trabalhou desde o segundo semestre de 1993. A segunda fase teve início a partir de 1º de março, com a adoção da Unidade Real de Valor (URV). A partir de um diagnóstico de que a inflação brasileira, naquele momento, era predominantemente inercial, a equipe econômica, com a adoção da URV, pretendeu organizar o processo de fixação de preços na economia, de forma a eliminar o componente inercial da inflação numa nova unidade de conta. A última fase do Programa deu-se a partir de 1º de julho, com a mudança do padrão monetário de cruzeiro real (CR\$) para o real (R\$).

Na passagem para a nova moeda, uma URV ficou valendo um real (R\$ 1,00). Com a finalidade de lastrear a emissão da nova moeda (real), o Governo utilizou o dólar, sendo que, para cada real em circulação, teria que haver um dólar depositado numa conta especial do BACEN, denominada Reservas Internacionais Vinculadas. Esse lastro deveria manter-se por tempo indeterminado.

Assegurar o sucesso do Plano dependeu sobretudo do controle quantitativo da moeda — a mais importante das condições —, do acerto das contas públicas, não apenas em regime de caixa, mas também em regime de competência, e do aumento da competitividade da economia via maior liberalização das importações.

Nos quatro primeiros meses do ano, a base monetária (BM) apresentou variação negativa pela média dos saldos diários. Essa situação foi influenciada principalmente pela realização por parte do Governo de operações com títulos públicos federais, que apresentaram, nesse período, um saldo negativo. A política monetária desenhada pelo Governo no Plano Real introduzia metas quantitativas de controle da moeda, restrições de crédito e taxas de juros elevadas como formas de controlar a inflação, que havia sido reduzida substancialmente com a passagem da fase da URV para a do real.

**POLÍTICA
FISCAL**

A condução da política fiscal durante o ano de 1994 teve como objetivo equilibrar as contas públicas, uma vez que esta seria condição necessária para a estabilidade da economia. Nesse sentido, o Governo lançou, em dezembro de 1993, o seu Programa de Estabilização Econômica, cuja primeira fase foi um ajuste fiscal.

Com a criação do real e a estabilização da economia, houve alterações nas contas públicas. O decréscimo significativo das taxas de inflação reduziu as perdas de arrecadação real devido ao efeito Tanzi, proporcionando um aumento na mesma. Por outro lado, a monetização levou a um resgate de parcela da dívida interna, diminuindo gastos financeiros. Nos primeiros dias do real, os resgates de investimentos fizeram o BACEN recomprar R\$ 5,9 bilhões em títulos do Tesouro e de sua própria emissão, diminuindo o estoque da dívida interna fora do BACEN.

O ajuste obtido nas contas públicas em 1994 é frágil. O Governo Federal conseguiu resultados não tão desfavoráveis nas suas contas fiscais nesse ano, contando com uma combinação de compressão de alguns gastos e de aumento da receita em vista da excelente *performance* do IPMF, aliado ao Fundo Social de Emergência. Todavia esse imposto extingue-se em dezembro de 1994. Para o ano de 1995, já existe uma estimativa de déficit nas contas públicas, e ainda não está equacionado como será efetuado o ajuste fiscal.

As causas estruturais da crise fiscal continuam sem solução, e eliminá-las será certamente um dos desafios que o próximo Governo deverá enfrentar.

GOVERNO

Pode-se concluir que o equilíbrio orçamentário do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1994 foi conseguido com muito esforço. Houve benefícios fiscais por um lado, muita discussão em torno de medidas tributárias para fazer com que a arrecadação do ICMS não apresentasse queda com a inflação do primeiro semestre e também para resolver o enorme peso do serviço da dívida.

Apesar de a contribuição do ICMS ter aumentado em todos os setores da economia gaúcha — o que levou a um aumento de 7,5% no acumulado até outubro de 1994 —, não foi o bastante para equilibrar o orçamento estadual. O Executivo foi forçado a emitir novos títulos só para pagar os juros da dívida, diminuiu em 4,5% reais o comprometimento com pagamento de pessoal, e, finalmente, os investimentos vêm representando, nos últimos anos, cada vez menos em termos de participação na receita orçamentária.

Com isso, a sociedade gaúcha foi duplamente prejudicada, pois, além da diminuição gradativa do retorno dos impostos pagos nos últimos anos — menos escolas, estradas e postos de saúde —, remeteu-se para gerações futuras e enorme ônus da dívida.

INDÚSTRIA

A indústria brasileira apresentou em 1994 um movimento que representa, quanto a algumas medidas básicas do desempenho do setor, uma continuidade frente ao ocorrido em 1993. O ano de 1993 havia se caracterizado por um crescimento da produção frente ao ano de 1992, concomitantemente a baixas taxas de absorção de mão-de-obra pela indústria brasileira.

De um modo geral, essas tendências mantiveram-se e até mesmo se acentuaram durante o presente ano, com um desempenho bastante superior ao de 1993 — o acumulado jan./set. alcançou uma elevação de 5,9% na produção física medida pelo IBGE, frente ao mesmo período do ano anterior —, tendo o emprego industrial apresentado queda de 1,11% no mesmo período. Esta ocorreu a despeito das taxas positivas deste indicador observadas após julho, quando se iniciou a terceira fase do Plano de Estabilização Econômica, havendo a troca do padrão monetário. Permanece em cena, portanto, a questão do emprego no setor industrial. Parece cada vez mais improvável que esse setor possa retomar o mesmo papel que já teve na estrutura de emprego nacional, no passado.

No entanto o ano de 1994 marca, no que diz respeito à reestruturação industrial, o esboço de uma modificação que poderá contribuir para dirimir as dúvidas ainda remanescentes quanto aos efeitos desse processo sobre o emprego no setor. *A incerteza quanto ao crescimento da demanda interna e a elevada capacidade ociosa então existente na maior parte das plantas industriais foram fatores que concorreram para que a reestruturação tenha se efetivado com base em novos métodos de gerência, passando ao largo de investimentos massivos no setor industrial. A falta de investimentos tem sido apontada como causa principal da incapacidade de geração de empregos pela indústria, ao mesmo tempo em que as mudanças organizacionais explicariam as disparidades quanto às variações da produção e do emprego.*

A indústria de transformação do Rio Grande do Sul, apesar de ter apresentado crescimento com relação ao ano de 1993, teve um desempenho inferior ao da similar brasileira no período jan.-ago., com expansão de 2,73% relativamente ao mesmo período do ano anterior.

Uma parte da explicação para tal desempenho desfavorável encontra-se no menor dinamismo das exportações de produtos que são importantes na estrutura produtiva gaúcha. Dentre estes, destacam-se os calçados. Dados referentes às exportações brasileiras de calçados apontam uma queda de 14,12% no período jan.-out./94 frente a igual período do ano anterior (Bal. Comercial, Bras. 1994).

Também deve ser destacado o fato da indústria gaúcha de bens não duráveis ser bastante relevante na estrutura industrial do Rio Grande do Sul, sendo o setor que apresentava melhores perspectivas no segundo semestre de 1994, faltando portanto elementos para uma análise mais concreta de seu movimento para a indústria do Estado.

AGRICULTURA

Pela segunda safra consecutiva, a produção gerada pelas cinco principais lavouras de grãos do RS apresenta queda de volume. Em 1993, verificou-se uma queda de 0,8%, relativamente ao ano anterior, explicada, basicamente, pela redução de 13% na área da lavoura de milho. Em 1994, a queda foi maior ainda, devendo situar-se em torno dos 7,7%.

Não fosse esses problemas, a produção gaúcha das cinco principais lavouras de grãos em 1994 poderia até ter ultrapassado em cerca de 2,4% o recorde histórico de 1992 (16,8 milhões de toneladas), alcançando 17,1 milhões de toneladas.

O resultado negativo no seu aspecto físico foi, pelo menos em parte, compensado pela tendência de elevação dos preços recebidos pelos produtores, em relação à safra anterior, para os quatro principais grãos da lavoura de verão. A existência de uma relação de trocas favorável ao setor agrícola nas duas últimas safras contribuiu para que as perdas fiscais não causassem maior impacto sobre os ganhos dos produtores.

O impacto da política de restrição da expansão da base monetária afetou o setor agrícola no que diz respeito ao volume de recursos a serem alocados para o financiamento da nova safra. Em outras palavras, a partir da troca de moedas em 1º de julho, a variação dos preços dos alimentos tendeu a ser maior do que a inflação média da economia, medida por aqueles dois índices. A aproximação do período de entrada dos produtos da nova safra no mercado, entretanto, deverá arrefecer a tendência de crescimento dos preços dos alimentos no início de 1995.

COMÉRCIO EXTERNO

A *performance* da balança comercial brasileira no período de janeiro até outubro de 1994 foi caracterizada por um excelente desempenho, registrando recordes históricos em

suas cifras. Esse bom desempenho foi representado pelo expressivo movimento das exportações brasileiras, que no mesmo período, acumularam a cifra de US\$ 36,156 bilhões, considerada recorde histórico, caracterizando um crescimento de 12,93% comparado ao ocorrido em igual espaço de tempo do ano anterior. Por sua vez, as importações brasileiras também alcançaram cifra recorde, atingindo o montante de US\$ 24,274 bilhões, com um crescimento de 16,90% sobre as de igual período de 1993.

Esse panorama positivo da balança comercial brasileira, especialmente até o mês de setembro, contribuiu de forma decisiva para a estratégia empreendida pelo Governo Federal, com vistas à utilização da política cambial como instrumento de controle efetivo do Plano de Estabilização Econômica — Plano Real —, auxiliada pelo acúmulo de suas reservas de divisas, já que estas contribuem para a manutenção do padrão de paridade da nova moeda em relação ao dólar estadunidense.

Apesar de a balança comercial brasileira ter apresentado um desempenho positivo até outubro de 1994, com estimativa de um superávit comercial de US\$ 13 bilhões para 1994 e a corrente de comércio em torno dos US\$ 74 bilhões, não é possível garantir que essa *performance* se repita em 1995.

Tudo indica a intenção do Governo de promover uma volta à situação dos anos 70, quando o Brasil era um país importador de capital. A lógica contida na atual política cambial brasileira induz à redução das exportações, ao aumento nas importações e ao déficit em conta corrente no balanço de pagamentos, o qual deve ser compensado pela entrada de capitais externos.

EMPREGO E SALÁRIO

O pleito de 1994 explicitou como uma das prioridades básicas de todos os candidatos à Presidência da República a questão do emprego. Embora louvável a preocupação dos candidatos, deve-se ter cautela com a própria noção de "política de emprego", já que a geração de postos de trabalho é, necessariamente, consequência de uma série de políticas de outra natureza. No que diz respeito à evolução do mercado de trabalho em 1994, constata-se que o nível de ocupação total apresentou uma variação negativa no primeiro trimestre do ano. Por seu turno, o segundo trimestre registrou uma expansão de nível de ocupação apenas no mês de abril, caindo, a partir daí, até o mês de julho.

Examinando-se o comportamento do nível de ocupação por setor de atividade econômica, verifica-se que, em outubro de 1994, tomando-se por base de comparação o mês de

dezembro de 1993, o setor serviços e os serviços domésticos foram os únicos que apresentaram variação positiva de 2,1% e 15,4% respectivamente. Os demais setores tiveram quedas ao longo do ano de 2,3% (indústria de transformação), de 2,5% (comércio) e de 5,3% (construção civil). Em números absolutos, a indústria eliminou sete mil postos de trabalho, e o comércio e a construção civil foram também responsáveis pela eliminação de cinco mil e quatro mil postos respectivamente. O setor serviços e os serviços domésticos criaram 13 mil e 12 mil respectivamente.

Nos primeiros sete meses de 1994, a taxa de desemprego subiu ininterruptamente, ao contrário dos anos de 1992 e 1993, quando, especialmente entre os meses de maio e junho, a taxa de desemprego apresentava tendência declinante.

Volume XXIII- Número 1 - Maio/1995

POLÍTICA MONETÁRIA

A relativa estabilidade de preços dos últimos meses era totalmente dependente da política cambial, principal âncora do Plano Real. A política monetária tem sido passiva, acomodando as variações na demanda de moeda, e a política fiscal tem sido fortemente expansionista. Esse desenho da política econômica manteve a demanda agregada da economia numa situação de relativo aquecimento, fato que continua a preocupar o Governo e talvez venha a exigir novas medidas de contenção de crédito num futuro próximo.

A reestruturação do sistema de recolhimento compulsório dos bancos junto ao BACEN, por exemplo, pode ser uma delas, pois algumas instituições financeiras transformaram depósitos à vista, cujo compulsório é de 90%, em depósitos a prazo, sobretudo em caderneta de poupança, onde o compulsório é de 27%. O BACEN passaria a exigir sobre os depósitos a prazo um recolhimento maior.

Entretanto há a preocupação, principalmente no sistema financeiro, de que a adoção de novas medidas para desaquecer a economia resulte em um desconfortante aprofundamento da desintermediação financeira, não só via desenvolvimento dos financiamentos com cheques pré-datados, como na atividade de instituições não financeiras, como as empresas de *factoring*.

Essa mesma política econômica, por outro lado, gerou um déficit acumulado na balança comercial, de novembro a fevereiro, da ordem de US\$ 2,761 bilhões, o que levou o Governo a rever a sua posição e a desvalorizar o real, adotando um sistema de "bandas" para concretizar o seu objetivo. Essa

situação conduziu à alta do dólar, a qual, aliada à crise do México, provocou a fuga de capitais externos, levando o Governo a aumentar as taxas de juros como antídoto para controlar a crise cambial.

POLÍTICA FISCAL

O Governo, na condução da política fiscal, no primeiro trimestre de 1995, vem seguindo os objetivos traçados desde a primeira fase do Plano Real, que é a obtenção de um equilíbrio fiscal para as contas públicas. Com essa intenção, já nos primeiros meses do ano, foram efetuadas diversas medidas no sentido de reduzir o déficit potencial.

O Governo pretende acelerar nesse ano o programa de privatizações, com a venda de participações minoritárias da União em empresas privadas, privatização do setor petroquímico e inclusão no programa do Banco Meridional. Também é intenção do Governo adotar medidas para que instituições financeiras do Exterior possam ser instaladas no País, através da aquisição do controle de bancos oficiais federais ou estaduais, incluídos no Programa Nacional de Desestatização.

Durante o ano de 1995, o Governo deverá buscar um equilíbrio das contas públicas. Essa situação significaria que o Governo não pressionou as contas externas, nem a demanda interna. Com as medidas adotadas na área fiscal, o Governo espera reduzir o déficit potencial estimado para este ano e até mesmo atingir um pequeno superávit operacional de 0,3% do PIB.

Todavia todas as decisões tomadas não asseguram as bases fiscais para uma estabilidade. O setor público necessita de um ajuste duradouro. O que só poderá ser alcançado quando se redefinir o papel do Estado, o seu tamanho, a distribuição de atribuições entre as três esferas de governo. Essas decisões dependem de um novo desenho do sistema fiscal-tributário.

AGRICULTURA

O volume de grãos produzido pela agricultura brasileira na safra de verão 1994/95 deverá tornar-se mais um recorde histórico. Segundo a estimativa realizada em fevereiro pelo IBGE, as quatro principais lavouras de grãos (arroz, feijão, milho e soja) deverão gerar 71,927 milhões de toneladas. Isso representa um acréscimo de 0,98% sobre o resultado obtido em 1994. O detalhe importante é que a área colhida teria sido reduzida em 3,5%, denotando, novamente, um aumento de produtividade.

No Rio Grande do Sul, o quadro é semelhante ao nacional. Mais uma vez, a lavoura gaúcha de verão deve produzir um

volume recorde de grãos. Segundo a estimativa de março do IBGE/GCEA-RS, as mesmas quatro principais lavouras observadas a nível nacional, devem chegar a 16,644 milhões de toneladas, um volume 4,4% superior ao recorde alcançado na safra 1991/92. Nesse total, destaca-se o crescimento, sobre a safra anterior, de 15,6% e 22,5%, respectivamente, na produção de arroz e na de milho. A soja apresentou um aumento de produção de somente 5,5%, e a produção de feijão preto obteve uma elevação de 16,6%.

A propósito desses ganhos de produtividade, chama-se atenção para alguns dados conhecidos, mas que precisam ser retomados, se o objetivo for uma discussão mais realista da conjuntura agropecuária. Tais dados demonstram que, nos últimos 15 anos, o setor agrícola gaúcho, descontando-se as quebras determinadas por problemas climáticos, vem ampliando seus níveis de produção. O mais importante é ratificar que esse avanço do nível de produção vem sendo conseguido através de ganhos de produtividade, pois é nítida a redução da área ocupada pelas cinco principais lavouras de grãos.

INDÚSTRIA

O primeiro trimestre de 1995 mostrou-se repleto de acontecimentos quanto à política econômica no Brasil. O alerta vindo do México, somado a consecutivos resultados negativos na balança comercial a partir de novembro de 1994, acabaram por forçar uma mudança da rota observada a partir da implantação do plano de estabilização, o qual pressupõe a manutenção de uma taxa de câmbio nominal relativamente estável. Essas modificações levaram a um deslocamento — temporário, segundo o Governo —, do foco principal da política econômica. A maior fonte de instabilidade do plano passa a ser percebida como o saldo comercial brasileiro, em detrimento do nível de preços interno, na tentativa de impedir a repetição das trajetórias mexicana e argentina.

O bom desempenho da atividade industrial em 1994 — crescimento de 7,86% da indústria de transformação frente a 1993 — decorreu principalmente da aceleração no ritmo de crescimento da atividade daquele ano.

É sabido que a estrutura industrial brasileira apresentava alguma capacidade ociosa em suas instalações por ocasião da implementação do plano de estabilização — a utilização da capacidade encontrava-se em 79%. Assim, a expansão que marcou a atividade industrial a partir de então deu-se com a maior ocupação da capacidade até então não utilizada.

O resultado do mês de dezembro de 1994, com um crescimento de 21,79% frente ao do mesmo mês do ano

anterior, levou a produção da indústria gaúcha a uma elevação de 7,53% em 1994. Esse resultado é praticamente o mesmo obtido pela indústria de transformação brasileira nesse período, ficando também evidenciada a importância do plano de estabilização para esse desempenho.

EMPREGO E SALÁRIO

O primeiro trimestre de 1995 caracterizou-se, em larga medida, por um prolongamento da conjuntura de aquecimento da atividade econômica brasileira que marcou o segundo semestre do ano passado. Os meses de janeiro — em especial — e fevereiro últimos deixaram nos analistas a impressão de que o Natal se prolongara por tempo indeterminado, de que o “verão do real” ignorava a sazonalidade. Março trouxe uma inflexão, menos dos poucos índices já disponíveis do que das expectativas, com a complexificação de cenário macroeconômico e político.

A enxurrada de manchetes e análises dando conta dos ganhos auferidos pelos trabalhadores no pós-real tem pecado por estabelecer em julho de 1994 um marco zero inegavelmente arbitrário. Neste texto, procuramos demonstrar que, nas principais variáveis concernentes, o mercado de trabalho não teve muito a comemorar no saldo do ano que passou. A “resposta” do mercado de trabalho aos efeitos dinamizadores do Plano Real, generalizados na economia, tem demonstrado duas características importantes: há um *gap* temporal e uma menor intensidade na incidência do movimento expansivo, seja sobre a oferta de empregos, seja sobre o valor real dos rendimentos.

COMÉRCIO EXTERNO

O “Setembro Negro”, como foi chamada a crise cambial que se abateu sobre a América Latina em setembro de 1982, a partir da moratória mexicana, parecia esquecido. Era coisa do passado! Desde 1991 até dezembro de 1994, os mercados latino-americanos, agora chamados “mercados emergentes”, eram pólo de atração para o capital de curto prazo que circulava pelo Mundo em busca de boas oportunidades de remuneração.

O Brasil embriagava-se com o nível das suas reservas internacionais superior a US\$ 40 bilhões, acumulado num período de dois anos. Ainda no segundo semestre de 1994, estimulava-se a saída de divisas, ao mesmo tempo em que se procurava inibir o ingresso de recursos. O papel dos exportadores como os mocinhos da história perdia a ênfase, enquanto os importadores deixavam de ser os vilões.

De repente, tudo de novo! Passados quase 13 anos, o fantasma da penúria cambial ronda outra vez! O impacto da crise cambial mexicana atingia em cheio as economias

brasileira e argentina. Nos Estados Unidos, o dólar, que já vinha enfraquecendo, começou a despencar. A crise cambial do México, que eclodiu nos últimos 10 dias de 1994, foi gerada há alguns anos atrás, com o agravamento do déficit externo mexicano, pouco investimento no setor produtivo e com uma grande dose de capital especulativo que para lá se dirigiu. Quando o México ainda era tratado como modelo de ajustamento a ser seguido por outras economias da América Latina, o germe da crise já estava comendo as entranhas da economia mexicana. Desde 1988, a taxa de câmbio real já indicava uma sobrevalorização do peso.

Enquanto o capital externo corria solto em direção ao México, a crise era postergada e aumentava seu potencial destrutivo, e o país acumulava um passivo externo crescente. Era um andar de bicicleta: se parar de pedalar, cai!

O Brasil teve a vantagem de lançar o seu plano de estabilização com algum atraso em relação ao México e à Argentina, o que lhe tem permitido uma certa antecipação na adoção de medidas de ajuste, tendo como base o que vem ocorrendo com os dois países. As medidas adotadas a partir de março indicam uma mudança de rota na administração do Plano Real.

Até março, o câmbio era a grande âncora do real. Agora, com a adoção das "bandas" de flutuação, a taxa interna de juros assume importância maior, ou seja, a âncora cambial cede mais espaço à âncora monetária.

Volume XXIII - Número 2 - Agosto/1995

POLÍTICA FISCAL

Durante o primeiro semestre de 1995, as contas do Governo Federal vêm obtendo um difícil equilíbrio. O Fundo Social de Emergência (FSE), implementado no início do Programa de Estabilização Econômica, teve e continua tendo um papel relevante nas contas federais.

De uma forma geral, pode-se ressaltar que o Governo Federal conseguiu um certo equilíbrio de caixa nas suas contas até agora, bem melhor do que a situação do ano anterior, quando havia um déficit de quase R\$ 3 bilhões. Entretanto imagina-se que esse equilíbrio teve um custo social muito grande, pois foram emitidos títulos que representaram praticamente o mesmo volume da arrecadação dos tributos.

Assim, de uma forma geral, percebem-se dois fatos importantes no desempenho dos cinco primeiros meses de 1995. O primeiro é que o Governo Federal conseguiu arrecadar nesse período muito mais do que ele havia arrecadado no

ano passado; e o segundo é que quase 70% de sua arrecadação foi proveniente da incidência de três tributos: IR, IPI e COFINS.

Em termos de perspectivas, imagina-se que a Medida Provisória que desindexou a economia em nada deve afetar o comportamento das contas do Governo, pois a UFIR, pelo contrário, não foi extinta. O Governo manteve a indexação dos impostos e das contribuições federais, pela UFIR trimestral, até dezembro deste ano.

AGRICULTURA

A atual safra gaúcha de verão, que contribuiu grandemente para o novo recorde nacional de produção agrícola, foi colhida em meio a uma crise no setor rural, oriunda do alto grau de endividamento dos produtores e dos baixos preços no mercado.

De modo geral, as condições climáticas foram satisfatórias nas principais regiões produtoras, e o Rio Grande do Sul está colhendo outra safra recorde, com um incremento da ordem de 16,7% na produção dos quatro principais grãos de verão (arroz, milho, feijão e soja), que deve perfazer cerca de 17 milhões de toneladas. Entretanto essa grande safra está associada a uma queda na receita do setor.

Mas não foi só a oferta abundante que possibilitou a retração dos preços agrícolas na atual conjuntura; atuaram também outros fatores. O primeiro fator refere-se a uma política de preços mínimos inoperante, uma vez que esses preços foram mantidos "congelados" a partir de julho de 1994. Também contribuiu para deprimir os preços agrícolas o nível da taxa de juros do crédito, que, beirando os 50% (TR mais juros), fez com que os agentes econômicos não se dispusessem a reter produtos estocados. Um terceiro fator a ser considerado é a defasagem cambial, que se encontra em torno de 14,5%, medida pela FUNCEX de julho de 1994 a abril deste ano.

A área de trigo, principal cultura da safra de inverno nos estados do sul, não ultrapassará 1,5 milhão de hectares em 1995, devendo alcançar um volume de produção inferior ao do ano passado.

INDÚSTRIA

Os sinais de desaquecimento da atividade industrial observados nos primeiros dois meses de 1995 voltaram a ser registrados em abril, depois de uma significativa recuperação em março.

As causas que determinaram a reversão do processo de crescimento acelerado da atividade industrial apresentado no segundo semestre de 1994 — início da era pós-real — tiveram

origem em duas vertentes. A primeira pode ser explicada pelo esgotamento das fontes de expansão da demanda refletido pelo número recorde de títulos protestados nos últimos meses do Plano Real. Esse fato foi potencializado e, ao que tudo indica, antecipado pela segunda vertente — medidas de restrição ao crédito implementadas pelo Governo, que objetivaram conter o aquecimento verificado na demanda — incompatível com o desenvolvimento planejado para o Programa de Estabilização Econômica.

A indústria brasileira, nos quatro primeiros meses de 1995, começou a sentir os ajustes impostos à economia pelos orientadores da política econômica nacional. As medidas visando monitorar o Programa de Estabilização Econômica vêm refreando o ritmo de crescimento do setor industrial. A indústria de calçados é, sem dúvida, a mais penalizada na atual conjuntura. Essa indústria, que até o início desta década era uma das mais representativas do Estado, principal exportadora de manufaturados, a partir de 1992 começou a sofrer a concorrência dos calçados asiáticos. Com o Programa de Estabilização Econômica, a sobrevalorização do real aprofundou a crise do setor. Até março, mais de uma centena de fábricas havia fechado suas portas no Vale dos Sinos, e estima-se que mais de 30.000 trabalhadores perderam seus empregos.

O setor industrial brasileiro e o gaúcho em particular apresentaram um bom desempenho no primeiro quadrimestre de 1995, embora menos vigoroso do que o desenvolvido no último semestre de 1994. Todavia, em consequência de medidas governamentais de restrição ao crédito e de sobrevalorização do real, ocorreu o desaquecimento da demanda, desequilibrou-se a balança comercial e, a partir de abril, observou-se uma nítida queda na produção, já desenhada de maneira tímida em janeiro e fevereiro.

No que tange ao Rio Grande do Sul, as indústrias supridoras do setor agrícola, como as produtoras de colheitadeiras e tratores (setor que apresentou problemas decorrentes de dívidas dos agricultores em função das taxas de juros elevadas), as exportadoras e as que sofreram a concorrência dos produtos asiáticos no mercado nacional, como as fabricantes de calçados e vestuário, estão atravessando um período caracterizado por excesso de oferta e restrição da demanda por seus produtos.

EMPREGO E SALÁRIO

Transcorrido um trimestre, a discussão central — não apenas para essa área de interesse temático, mas para a análise da condução da política econômica em geral — envolveu

a desindexação da economia e, na forma a ela conferida na proposta do Executivo, a nuclearidade da desindexação dos salários.

Na última edição desta revista, destacava-se que, mesmo diante de indicadores positivos do comportamento do emprego a partir de julho de 1994, com a instauração do real, no saldo do ano passado o desempenho dessa variável não apresentava crescimento significativo. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho, apontavam um crescimento de apenas 1,25% no emprego formal do Brasil em 1994.

Na RMPA, o rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal apresentou, em abril, uma certa estabilidade relativamente a março, com pequena variação positiva. Em termos médios, tanto ocupados quanto assalariados tiveram ganhos de 0,5%. Já para os autônomos, a elevação ficou em 3,6%. A massa de rendimentos dos ocupados subiu 1,3% no mês; e a dos assalariados, 0,3%.

A partir dos indicadores analisados neste artigo, pode-se ter claro que o comportamento do mercado de trabalho não está sendo um elemento gerador de pressões inflacionárias relevantes. Ocupação e rendimentos, longe de esboçar uma expansão de delicada administração, estão evidenciando a estabilidade de um quadro de considerável precariedade. A idéia de iniciar a desindexação pelos salários foi recebida pelos agentes econômicos como um claro sinal da intenção do Governo de resfriar ainda mais a economia.

COMÉRCIO EXTERNO

O comportamento das variáveis externas brasileiras na primeira metade deste ano leva a crer que um dos grandes desafios do Governo consistirá no reequilíbrio de suas contas externas. Os sucessivos déficits da balança comercial, acumulando um prejuízo, de janeiro a maio deste ano, de US\$ 3,5 bilhões, somados à perda de reservas internacionais motivada pelo "efeito México" e pelas mudanças no câmbio no mês de março, bem como os compromissos do serviço da dívida externa refletem o quadro de dificuldades com que se de para o País.

Por sua vez, as tentativas de acomodação da política comercial externa brasileira, através de estímulos às exportações e de contingenciamentos às importações, aliadas aos recentes desconfortos vividos pelo Brasil diante de parceiros próximos no episódio da imposição de cotas a alguns produtos, também traduzem o panorama de constrangimentos que o setor externo da economia vem enfrentando.

Os dados disponíveis sobre as exportações do Rio Grande do Sul para o período de janeiro a maio deste ano informam que o Estado ocupa a terceira posição no *ranking* das exportações realizadas pelas unidades da Federação, perdendo posição relativa no que se refere a essa participação comparativamente aos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Enquanto os mesmos obtiveram crescimento de 7,09% e 10,70% respectivamente, o Estado variou apenas 0,58% em relação a idêntico período de 1994.

Como indicativo desse quadro, o Estado do Rio Grande do Sul teria acumulado perdas cambiais significativas, sendo que os setores produtores de calçados e fumo capitalizaram os maiores prejuízos. Esse panorama levou a que o Governo Federal, pressionado pelo reclamo dos setores exportadores gaúchos, abrisse linhas de financiamento do BNDES, via BRDE, para capital de giro e investimentos, no sentido de socorrer especialmente o setor coureiro-calçadista, que, até abril, segundo fontes do próprio setor, havia demitido um grande número de empregados.

Volume XXIII- Número 3 - Novembro/1995

POLÍTICA MONETÁRIA

O Governo alcançou alguns dos seus objetivos macroeconômicos através de uma rígida política monetária. Ao montar uma estrutura de depósitos compulsórios que retirou em torno de US\$ 52 bilhões da economia, o Banco Central (Bacen) conseguiu enxugar a liquidez, conter o crédito, elevar as taxas de juros e obrigar as empresas a desestocarem mercadorias.

O resultado dessa política monetária restritiva foi um movimento de desaceleração da economia que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), resultou em uma queda de 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre do ano em relação ao primeiro.

No terceiro trimestre do ano, a política monetária procurou criar condições mais favoráveis à atividade econômica através da redução nas alíquotas dos recolhimentos compulsórios e das taxas de juros, bem como buscou eliminar crises localizadas de liquidez no mercado interbancário.

POLÍTICA FISCAL

A meta de política fiscal estabelecida para 1995 é a de atingir um equilíbrio operacional nas contas do setor público.

O déficit público, medido pelas Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP), ou seja, pela ótica do financiamento, no primeiro semestre de 1995, registrou o

seguinte comportamento: no conceito nominal, houve um déficit de 5,5% do PIB, sendo os estados e os municípios responsáveis por um déficit de 3,7% do PIB, seguidos pela parcela das empresas estatais, que alcançou 1,2% do PIB. Enquanto os estados foram pressionados pelos pagamentos dos encargos das suas dívidas contratuais e por títulos, as empresas estatais sofreram os efeitos do congelamento dos seus preços e das tarifas públicas desde a implantação do Plano Real. Cabe destacar que esse percentual do déficit nominal é bem menor do que o atingido no mesmo período do ano anterior (junho de 1994), de 85,1% do PIB, em vista da redução da correção monetária da dívida pública após a implantação do Plano Real. Com a desindexação da economia, é possível utilizar o déficit nominal como indicador do comportamento da política fiscal.

AGRICULTURA

A julgar pelos acontecimentos no âmbito da conjuntura agropecuária, 1995 não está sendo um bom ano para os agricultores. A entressafra não apresentou uma recuperação significativa dos preços, os conflitos entre o setor agrícola e o Governo acirraram-se, e as perspectivas para a próxima safra apontam a tendência de queda no volume produzido.

As expectativas otimistas dos agricultores de que o Plano Real geraria uma conjuntura favorável ao setor agrícola pelo aumento da demanda conduziram a uma safra nacional sem precedentes, com mais de 80 milhões de toneladas de grãos. A safra de grãos, no Rio Grande do Sul, atingiu o recorde histórico de 17,6 milhões de toneladas nas cinco principais lavouras de grãos.

INDÚSTRIA

O comportamento da produção industrial brasileira, após a implantação do plano de estabilização em julho de 1994, passou por duas fases distintas. A primeira, no segundo semestre do ano passado, caracterizou-se pela progressiva elevação da produção, que reduziu grande parte da ociosidade até então existente no parque industrial. A segunda, no ano de 1995, quando o nível da atividade industrial percorreu um caminho inverso, voltando a atingir, em julho, patamar semelhante ao verificado no mesmo mês do ano anterior.

A recessão, ou seja, uma queda profunda na atividade da economia, reflete o entendimento daqueles mais diretamente ligados à atividade produtiva, os empresários e os sindicalistas. Os principais indicadores que caracterizariam a conjuntura econômica do País como recessiva estariam ligados à queda no nível de emprego industrial, ao crescimento das falências e concordatas frente ao ano anterior, à elevação

na inadimplência dos consumidores, com o aumento do número de títulos protestados e cheques devolvidos, e ao ritmo acelerado da redução na produção industrial. A força motriz da perda de dinamismo do mercado interno residiria nas medidas de restrição ao crédito adotadas pelo Governo no princípio do atual ano, com a elevação das taxas de juros e o conseqüente aumento dos níveis de inadimplência, bem como na exposição desfavorável da indústria brasileira à concorrência internacional, agravada pela defasagem cambial.

EMPREGO E SALÁRIO

Diante da conjuntura de desaceleração da economia observada nos últimos meses, o mercado de trabalho viu-se atingido diretamente, tendo ocorrido elevação nas taxas de desemprego e decréscimo nos níveis de ocupação. Destaque-se que, entre os principais setores de atividade econômica, aquele que mais vem se ressentindo da conjuntura contracionista é a indústria, com recuo significativo nos níveis de atividade e de emprego.

Informações do Ministério do Trabalho registram uma queda de 0,29% no emprego formal no País em julho de 1995 em comparação com o mês anterior, correspondendo à eliminação de 70.934 postos formais de trabalho. O setor mais afetado foi a indústria de transformação, com perda de 53.312 empregos. Nos últimos 12 meses até julho, no entanto, ocorreu um acréscimo de 105.073 empregos formais no País, com uma elevação de 0,44%. Já a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) aponta uma retração de 2,51% no emprego industrial, em São Paulo, no mês de agosto. A queda acumulada em 1995 alcançou 3,11%, o que representa a eliminação de 72.394 postos de trabalho.

De acordo com informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), o número de desempregados na Região vem aumentando desde março do corrente ano, tendo alcançado 170 mil pessoas em agosto, com uma elevação de 26,9% nos últimos seis meses. O número total de ocupados vinha apresentando uma tendência de crescimento desde meados de 1994, tendo alcançado seu ponto mais elevado em junho de 1995. Nos últimos dois meses, no entanto, o nível de ocupação na Região experimentou queda de 1,9%.

COMÉRCIO EXTERNO

No último número desta publicação, alertávamos para o complexo e difícil quadro das variáveis externas brasileiras, o qual projetava para a segunda metade deste ano grandes dificuldades para o Governo gerenciar suas contas externas. Naquele momento, o Governo experimentava a nebulosidade

financeira oriunda do "efeito México", os constantes déficits da balança comercial, bem como os desdobramentos das manobras na política cambial, fatos estes que, acumulados aos compromissos vincendos da dívida externa, teriam como resultado o agravamento no balanço de pagamentos.

Neste terceiro trimestre, o registro de superávits comerciais a partir de julho, especialmente o verificado em agosto, as reservas cambiais, que, segundo o conceito de caixa, atingiram, ao final de agosto, o recorde histórico de US\$ 45,8 bilhões, bem como o monitoramento da taxa de câmbio, através do controle no interior da banda cambial — intrabanda —, se não configuram uma reversão daquele panorama, pelo menos representam condições mais favoráveis ao Governo para gerenciar esse adverso quadro das contas externas brasileiras.

Com exportações de US\$ 4,558 bilhões, constituindo-se em recorde histórico, e importações de US\$ 4,230 bilhões, a balança comercial brasileira atingiu, no mês de agosto, um superávit de US\$ 328 milhões, contribuindo, assim, para a redução do déficit acumulado — até julho, era de US\$ 4,265 bilhões - para US\$ 3,937 bilhões.

O Rio Grande do Sul alcançou, de janeiro a agosto deste ano, crescimento de aproximadamente 4% em suas vendas externas comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

Volume XXIII- Número 4 - Janeiro/1996

POLÍTICA MONETÁRIA

Mesmo com o abrandamento gradual que o Governo vem promovendo, a execução da política monetária continuou consistente com as necessidades de se manterem relativamente altas as taxas de juros, de modo a estimular a entrada de capitais externos e de controlar o nível de consumo, bem como de permitir um lento aumento da liquidez para aliviar a situação do crédito na economia.

A atual política de redução gradual do custo do dinheiro, na verdade, demonstra o receio que o Governo tem de uma possível retomada da elevação do nível de consumo, bem como da interrupção do fluxo de capital internacional e da conseqüente redução das reservas.

O sistema bancário, particularmente neste último trimestre do ano, começou a dar sinais de que o processo de ajustamento a uma economia com inflação baixa iniciou. Até agora, a maioria dos bancos adotou uma estratégia defensiva, semelhante à implantada em outras ocasiões, como a elevação dos preços dos serviços e a redução do número de agências.

**POLÍTICA
FISCAL**

Importante é salientar, antes de mais nada, que o Plano Real pressupõe o equilíbrio das contas do setor público como fator fundamental para a estabilização econômica. Como já foi visto em outros estudos, ao longo do ano de 1994 ocorreu superávit fiscal, e isso ajudou a credibilidade e a aceitação do Plano. Entretanto, nos últimos meses de 1995, houve um desequilíbrio nas contas públicas.

Especificamente em outubro, mês em que inicia o último trimestre de 1995, as contas do Governo Federal apresentaram um déficit fiscal. Esse resultado foi fortemente influenciado pelo registrado no mês e se constituiu no segundo maior até agora ocorrido, depois de fevereiro.

A deterioração das contas do Governo Federal observadas neste ano pode ser explicada pela combinação de três principais fatores, ou seja, altas taxas de juros, excessiva entrada de dólares e salários do funcionalismo.

Os dois primeiros fatores poderão, em 1996, ter um peso menor, tendo em vista que o Governo prevê uma redução nas taxas de juros para o próximo ano e estuda novas restrições para impedir a entrada excessiva de recursos externos. O terceiro fator, os salários, só será solucionado após a aprovação da Reforma Administrativa.

No que se refere ao estoque da dívida mobiliária federal, houve um crescimento em função da excessiva entrada de dólares realizada por investidores externos, aproveitando as altas taxas de juros pagos no Brasil. A execução financeira do Tesouro, no período jan.-out./95, apresentou um déficit de caixa de R\$ 2,6 bilhões, ou seja, 218% superior ao registrado no mesmo período em 1994, que foi de R\$ 831 milhões. As receitas acumuladas foram 13% superiores às de 1994, atingindo R\$ 73 bilhões, e as despesas superaram em 16% as do período anterior, totalizando aproximadamente R\$ 76 bilhões.

AGRICULTURA

No início deste ano, até precisamente maio, as análises mostravam-se otimistas quanto a essa contribuição: a ocorrência da maior safra histórica, da ordem de 79,9 milhões de toneladas, superando o recorde de 75,2 milhões alcançado em 1994, parecia favorecer conjuntamente o setor pelo aumento da oferta. Em contrapartida, as medidas de política econômica tomadas pelo Governo para alcançar os objetivos do Plano Real reforçaram a queda dos preços agrícolas, que logicamente aconteceria pelo grande volume de oferta de grãos no momento da comercialização.

A boa safra 1994/95, que reduziu os preços dos produtos agrícolas para a indústria e permitiu a elevação do índice de

capacidade industrial ocupada (hoje em 83%, em média, em contraste com 75,4% no ano passado), assegurou a expansão da oferta de produtos. Ao mesmo tempo, houve uma resposta adequada ao crescimento da demanda, motivado pelo aumento do poder aquisitivo da população.

O Rio Grande do Sul, responsável por um quarto da colheita brasileira dos quatro principais grãos de verão (arroz, feijão, milho e soja), no primeiro prognóstico do GCEA de área plantada ou a plantar na safra de 1996, figura com uma estimativa para esses grãos de 5,731 milhões de hectares, isto é, 5,67% menor que a área plantada na safra de 1995, quando atingiu 6,08 milhões de hectares.

INDÚSTRIA

As previsões quanto ao crescimento da indústria brasileira em 1995 efetuadas pelas diversas instituições são moderadas. As últimas projeções indicam taxas entre 2% e 3%, marcas significativamente inferiores aos 10% estimados no início do ano. Além disso, a interpretação dominante é a de que a recuperação da atividade industrial, que se faz presente no quarto trimestre de 1995, não apresenta ainda uma tendência sustentável.

O nível da atividade industrial brasileira começou a apresentar sinais de recuperação a partir de setembro deste ano, encerrando mais uma fase de declínio no ritmo da atividade manufatureira, embora nem todos os indicadores apresentem resultados positivos já nesse mês.

Enquanto os índices de produção física do IBGE já apontam uma taxa de crescimento positiva da indústria em setembro frente ao mês anterior, os indicadores divulgados pela CNI e pela FIESP ainda são negativos em todos os itens pesquisados.

Por sua vez, o índice de produção física regional calculado pelo IBGE aponta resultados ainda muito piores para a indústria gaúcha. O desempenho do mês de setembro, com uma variação de -6,19% em relação ao mês anterior e de -25,88% na comparação com o mesmo mês em 1994, dá continuidade a uma seqüência de recuos iniciada em maio do presente ano, evidenciando a existência de alguns problemas localizados no âmbito dos segmentos industriais no Rio Grande do Sul. Os números desfavoráveis da produção industrial gaúcha refletem claramente a sua dependência da agricultura e do setor exportador, este, por sua vez, de caráter predominantemente agroindustrial.

EMPREGO E SALÁRIO

O número de empregados no mercado formal no Brasil caiu 0,3% em setembro, sendo este o terceiro mês consecutivo

de queda. Dessa forma, no período de janeiro a setembro de 1995 houve perda de 43.707 empregos formais no País, sendo a indústria o setor responsável pela maior retração na ocupação, com 26.055 postos de trabalho eliminados.

Outro diagnóstico com relação ao desemprego diz respeito à exagerada rigidez do mercado de trabalho frente às novas formas de gestão da produção. Com vistas a essa questão, existem algumas proposições, inclusive já encampadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ligado à Força Sindical. As mais importantes são a possibilidade de contratação de trabalhadores com menos de 18 ou mais de 40 anos de idade por prazo determinado, sem o pagamento de encargos sociais, e a jornada de trabalho flexível.

O mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre nos meses de outubro e novembro mostrou pequeno crescimento no nível de emprego e desemprego praticamente estável. Conforme as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), o número de desempregados na Região, que vinha mostrando elevação entre março e outubro do corrente ano, caiu 0,2% em novembro, tendo alcançado 185 mil pessoas nesse mês.

COMÉRCIO EXTERNO

O setor externo vem apresentando, a partir do segundo semestre do ano, um panorama mais tranqüilo do que o registrado no primeiro semestre, refletindo as medidas governamentais no sentido de equilibrar o balanço de pagamentos, sustentadas na manutenção da âncora cambial, na política de juros altos e no desaquecimento da demanda.

Cabe destaque à extraordinária recuperação das reservas internacionais do País, que aumentaram, de julho a outubro, em cerca de US\$ 17 bilhões (no conceito de caixa), devendo superar os US\$ 50 bilhões até o final do ano, ultrapassando em mais de US\$ 11 bilhões o saldo do ano passado. Essa recuperação se deve, antes de mais nada, ao abundante ingresso de capitais externos no País, suficiente para financiar, até setembro, um déficit de US\$ 13,7 bilhões na conta de transações correntes e ainda gerar um superávit no saldo do balanço de pagamentos de cerca de US\$ 10 bilhões.

Outro aspecto favorável nas contas externas é a reversão, a partir de julho, dos déficits na balança comercial, que vigoraram de novembro de 1994 a junho deste ano, gerando um resultado negativo acumulado da ordem de US\$ 4,3 bilhões no primeiro semestre do ano. Os superávits acumulados até outubro reduziram esse déficit para cerca de US\$ 3,1 bilhões.

**POLÍTICA
ECONÔMICA**

A economia gaúcha apresentou uma queda de 0,2% no seu PIB, em 1995. Ainda que em caráter preliminar, essa estimativa indica um desempenho bastante inferior, quando comparado tanto com o crescimento observado em anos anteriores quanto com o do Brasil. Com esse resultado, o PIB gaúcho atingiu o valor de US\$ 42,9 bilhões. Como conseqüência da redução da atividade econômica, o PIB *per capita* sofreu uma retração de 1,4%, situando-se em US\$ 4.458. Por sua vez, segundo as estimativas preliminares do IBGE, a economia brasileira apresentou um crescimento de 4,2% no PIB e de 2,7% no PIB *per capita*.

AGROPECUÁRIA

A agropecuária gaúcha apresentou no ano de 1995 uma taxa de crescimento de 6,4%, refletindo a expansão de 9,8% na produção animal e a de 4,8% na lavoura.

AGRICULTURA

A colheita recorde no Rio Grande do Sul de 17,6 milhões de toneladas contribuiu para o também recorde nacional de 81 milhões de toneladas. Esse volume de oferta de grãos no mercado interno compôs, juntamente com as medidas de política econômica no âmbito do Plano Real, os principais determinantes da conjuntura agrícola de 1995.

A decisão da equipe do Governo de ancorar o Plano Real na política cambial teve duas conseqüências principais sobre o setor agrícola.

Por um lado, inibiu as exportações, afetando as cotações internas das *commodities*. As cotações da soja entraram em queda, somente iniciando uma recuperação em termos nominais a partir de junho, com as primeiras indicações de que a safra norte-americana sofreria quebra.

Associou-se a isso o crescimento da demanda dos países asiáticos, com destaque para a China. Esse cenário internacional, que sustentou a recuperação nominal dos preços da soja, não beneficiou muito os produtores, pois boa parte deles já havia negociado suas safras.

Por outro lado, associada às medidas de facilitação das importações, como redução ou eliminação de tarifas e ampliação dos prazos de pagamento dos contratos, a valorização do câmbio contribuiu para a ampliação da oferta interna de alimentos e, em decorrência, para pressionar para baixo suas cotações no mercado nacional.

Dessa forma, uma safra recorde, associada a um conjunto de medidas que objetivavam a contenção do processo

inflacionário, fez com que a receita das principais lavouras de grãos apresentasse uma queda. No Rio Grande do Sul, onde, na grande maioria dos municípios, a atividade agropecuária ainda se constitui em importante fonte de renda, seja a partir da exploração direta, seja a partir da exploração de atividades afins, a queda da receita agrícola acabou por gerar um efeito cascata de frustrações financeiras. Entre os segmentos atingidos pelos reflexos da queda da renda agrícola, destaca-se a indústria metal-mecânica do RS, cujo ramo de máquinas e equipamentos agrícolas praticamente parou a partir de maio.

INDÚSTRIA

A indústria gaúcha apresentou, em 1995, uma queda no seu Produto de 8,0%, quando comparado ao do ano anterior. Esse movimento foi puxado pela indústria de transformação, cujo Produto se reduziu em 9,2%. Com isso, o setor interrompeu uma tendência de elevadas taxas de crescimento que vinham se manifestando nos últimos três anos.

O setor serviços, composto de atividades complementares à indústria e à agropecuária, apresentou, em 1985, um crescimento de 3,2%. Apesar de esse desempenho ser superior ao do ano anterior (1,9%), ficou aquém do crescimento verificado a nível nacional, que foi de 5,7%.

Dentre os subsetores que o compõem, destaca-se o desempenho do comércio, com um crescimento de 6,8%.

A tendência à desaceleração no ritmo de crescimento da produção industrial gaúcha nos primeiros meses do ano foi aprofundada, a partir do mês de maio, com as sucessivas quedas dos índices de produção física.

O moderado ritmo de crescimento da produção industrial foi, em grande parte, resultado da implementação de medidas de política monetária contencionistas no segundo semestre de 1994. A forte elevação no consumo, impulsionada pela estabilização e pela redução nas taxas de inflação, aliada ao crescimento nas importações criaram pressões sobre os preços e dificuldades na balança comercial. Nesse cenário, o Governo adotou um conjunto de medidas de política monetária restritivas, de modo a evitar que uma explosão de consumo comprometesse o Plano de Estabilização. Essas medidas levaram a reduções, em relação aos meses de novembro e dezembro do ano anterior, no volume de produção no primeiro bimestre de 1995.

A análise dos índices de produção física da indústria brasileira, agrupados por categorias de uso, permite avaliar os efeitos da contração nos níveis de produção no interior do setor industrial. O melhor resultado foi alcançado pelos bens de consumo, que cresceram à taxa média de 5,7% no ano de

1995. Os bens intermediários e os bens de capital apresentaram taxas de crescimento bastante inferiores, 0,3% e 0,4% respectivamente, entre os integrantes da categoria bens de consumo, os índices de produção dos bens de consumo duráveis apresentaram um desempenho favorável, com a taxa acumulada atingindo o percentual de 12,0% no final do ano. Uma das explicações para esse fraco desempenho da categoria bens de capital foi o cancelamento das encomendas de máquinas e equipamentos, devido à concorrência com as máquinas importadas e à inadimplência de indústrias compradoras. Porém a principal causa para a queda refere-se à forte retração experimentada pelo segmento produtor de máquinas e implementos agrícolas.

O resultado negativo registrado pela indústria gaúcha de transformação em 1995 é quase todo explicado pelo fraco desempenho do gênero mecânica (-40,60%), quando comparado com o ano de 1994. O impacto dessa queda sobre a formação da taxa de crescimento da produção industrial pode ser melhor avaliado pelo exame da composição do valor agregado da indústria da transformação no Rio Grande do Sul. Em 1994, a mecânica representava mais de 20% desse agregado. A forte retração desse gênero pode ser explicada, em grande parte, pelos fracos resultados obtidos no segmento produtor de máquinas e implementos para a agricultura, determinante para o desempenho do gênero como um todo.

A produção de máquinas agrícolas automotrizes apresentou, no ano em análise, um dos piores desempenhos dos últimos 10 anos. Tal constatação é particularmente relevante quando se considera que os dois anos anteriores foram caracterizados pela expansão da produção.

FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS

O objetivo deste estudo é apresentar o desempenho das finanças públicas estaduais no ano de 1995, marcado pelo primeiro ano do Governo Britto. Várias foram as medidas implementadas pelo Executivo: o corte de despesas, o combate maior à sonegação e a busca de uma solução para resolver o enorme peso do serviço da dívida. Entretanto, mesmo assim, a execução orçamentária ao longo do ano foi bastante dificultada, ocasionando um déficit de mais de R\$ 500 milhões.

O crescimento do ICMS e o do PIB foram semelhantes até 1975, quando começaram a apresentar um primeiro distanciamento no ano seguinte: enquanto o PIB gaúcho crescia 73% em relação a 1970, o ICMS alcançava somente 55%. O maior distanciamento, entretanto, foi no ano de 1988,

quando a economia cresceu 152% em relação ao ano-base, e a arrecadação aumentou somente 85%.

De uma forma geral, o ICMS apresentou-se, nestes últimos anos, de uma maneira bastante errática quanto ao PIB, atingindo um crescimento de 157% em relação a 1970; já o PIB conseguiu chegar a quase 200% de crescimento. Isso significa que o Estado, em todo esse período, teve menos capacidade de se impor para transformar em arrecadação de ICMS a expansão da base econômica. Em outras palavras, a economia gaúcha até conseguiu crescer. No entanto o mesmo não aconteceu com o ICMS.

Além das isenções, das inadimplências, dos setores que não têm ICMS, uma outra explicação para esse descompasso é a alta taxa de inflação (até metade do ano de 1994), que fez aumentar ainda mais a crise econômica e as incertezas.

A receita orçamentária em 1995 atingiu R\$ 5 bilhões, e a despesa orçamentária ficou em R\$ 4,9 bilhões. Isso revela que, sem incluir os gastos com investimentos e com o serviço da dívida, assim como sem os empréstimos realizados, houve um pequeno saldo superavitário de R\$ 184 milhões, bem menor do que o do ano passado. Entretanto, em virtude da queda da receita no segundo semestre de 1995, o Executivo teve dificuldades para conseguir equilíbrio de caixa, devido ao enorme peso do serviço da dívida, que absorveu cerca de R\$ 1,3 bilhão, representando quatro arrecadações mensais de ICMS.

Assim, para pagar todo esse montante da dívida e as despesas de custeio, o Governo Estadual foi obrigado a contratar R\$ 1 bilhão de operações de crédito. Também o comprometimento com o pagamento de pessoal aumentou em 14,7%, alcançando R\$ 3,3 bilhões, apesar de terem sido implantadas várias medidas para contenção de gastos com pessoal.

EMPREGO E SALÁRIO

O ano de 1995 levou consigo 1,31% dos empregos formais na economia gaúcha. Esse dado coloca o Estado em situação bem mais negativa, sob esse ponto de vista, do que a verificada no âmbito nacional. A indústria de transformação liderou, tanto em números absolutos quanto em variação percentual, a retração: 14.184 postos de trabalho foram eliminados, ou 2,35% do estoque de empregos de que o setor dispunha na média do ano anterior.

Em primeiro lugar, poder-se-iam destacar os efeitos setoriais negativos da estratégia de abertura do País à concorrência internacional (seja pelo ponto de vista do câmbio, seja pelo das tarifas). No caso do RS, o gênero industrial

vestuário, calçados e artefatos de tecidos, por exemplo, um dos mais aludidos quando se apontam os *handicaps* do País diante da maior exposição aos competidores estrangeiros, responde por aproximadamente 30% do emprego formal no Setor Secundário. No ano que passou, 7.468 postos de trabalho foram eliminados nas empresas gaúchas desse gênero, o que representa mais da metade da perda agregada na indústria de transformação do RS.

Em segundo lugar, há fatores específicos da conjuntura econômica e da estrutura produtiva gaúcha que precisam ser considerados, já que o emprego industrial teve no Estado um comportamento expressivamente mais negativo do que no agregado do País – neste, a retração foi quase desprezível: apenas 0,16% na comparação das médias anuais de 1994 e 1995, segundo dados do Ministério do Trabalho. Assim, ao lado da abertura comercial, que incide sobre o desempenho de produtores industriais de todo o Brasil, devem-se realçar a grande interligação que a atividade industrial no Rio Grande do Sul apresenta com o setor agrícola e a problemática performance deste último no ano que passou, quando uma safra recorde conviveu com estrangulamentos do ponto de vista da receita e do financiamento – conforme destaca a seção de acompanhamento conjuntural da agricultura nesta mesma edição.

O comércio foi, no Estado, o setor de atividade onde se verificou o segundo percentual mais elevado de retração no efetivo, relativamente ao ano de 1994: uma queda de 1,54%. O setor serviços – que, mesmo considerados apenas os empregos formais, é aquele com maior contingente de trabalhadores no Rio Grande do Sul – manteve praticamente inalterado o número de postos de trabalho. O melhor desempenho foi o da construção civil, no qual a expansão de 2,44% representou um acréscimo de 1,3 mil postos de trabalho.

No ano de 1995, de forma geral, os rendimentos do trabalho tiveram elevação na RMPA. O modo como essa recuperação se distribuiu entre as diversas categorias e grupos e o impacto que ele teve na reversão de perdas recentes são elementos que afirmam, uma vez mais, mudanças de tendência que merecem registro.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Em 1995, as exportações do Rio Grande do Sul totalizaram US\$ 5,181 bilhões, registrando um acréscimo de 3,07% em relação aos US\$ 5,027 bilhões exportados em 1994. Já as exportações brasileiras se elevaram em 6,77% no mesmo período, tendo alcançado US\$ 46,506 bilhões em 1995 contra US\$ 43,558 bilhões em 1994.

Com uma taxa de crescimento correspondendo a menos da metade da taxa brasileira, as exportações gaúchas naturalmente tiveram uma perda de participação no total exportado pelo País, caindo de 11,54% em 1994 para 11,14% em 1995. Apesar disso, o Estado manteve sua posição de terceiro exportador do País, precedido apenas de São Paulo e Minas Gerais.

Desagregando-se os capítulos ao nível de produtos, os que mais se destacaram nas exportações do RS em 1995 foram: sapatos de couro; fumo Virgínia; farelo de soja; óleo de soja; sandálias e chinelos; outros calçados de couro; soja; pasta química de madeira; polietileno; carne de frango; e cigarros.

Os calçados são o item mais importante nas vendas gaúchas para os Estados Unidos, e a indústria calçadista do RS vem perdendo espaço no mercado norte-americano, seja pela maior concorrência dos calçados chineses, seja por problemas derivados da política econômica brasileira, como a elevação dos custos de produção aliada à defasagem cambial. Como decorrência, também caíram as exportações do Estado para aquele país, reduzindo-se o percentual de participação do mercado norte-americano nas exportações gaúchas. Em 1994, essa participação foi de 28,04% e, em 1995, caiu para 25,52%.

Países como a Argentina e a Itália, tradicionais parceiros comerciais do RS, também restringiram suas compras do Estado, perdendo, com isso, participação sobre o total exportado pelo RS.

Volume XXIV - Número 2 - Setembro/1996

POLÍTICA MONETÁRIA

Encerrando o primeiro semestre do ano e com a nova moeda completando dois anos, é inegável que os resultados em termos de inflação continuam sendo os melhores até agora obtidos nestes 10 anos de programas de estabilização de sucesso efêmero. Hoje o processo de estabilidade da economia brasileira repousa sobre dois componentes principais: a manutenção da política cambial e a utilização da política monetária como instrumento de controle da demanda agregada. Essa estratégia, entretanto, começou a apresentar custos elevados em termos de crescimento a partir de meados do ano passado. A desaceleração da economia deveria ser temporária, e a sua reversão ocorreria à medida que as reformas estruturais na economia permitissem a transição para um novo regime fiscal e para um patamar mais elevado de produtividade global.

A possibilidade de um crescimento da economia abaixo do esperado fez o Governo, no primeiro semestre, tomar algumas medidas que visam aumentar o nível de crédito da economia, elevando a liquidez e influenciando a queda dos juros. O Bacen eliminou a restrição de prazo para todas as operações de empréstimo ao consumidor e baixou de 12% para 6% o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para o crédito direto ao consumidor. A maior parte dessas medidas, entretanto, só terá efeito prático sobre a atividade econômica a partir do segundo semestre, e, mesmo com a procura por crédito crescendo, não deve ocorrer nenhuma explosão de consumo.

POLÍTICA FISCAL

Em 1995, a receita tributária atingiu o nível recorde de 30% do PIB, mesmo assim, houve um déficit público operacional de 4,99% do PIB, causado, principalmente, pelos estados e municípios, os quais tiveram um aumento nos seus gastos com encargos da dívida, devido, sobretudo, ao crescimento das despesas com juros. Pelo conceito primário, que exclui os juros reais das dívidas do setor público, o setor público global registrou um superávit de 0,37% do PIB em 1995.

No ano de 1995, verificou-se não somente que o superávit primário foi reduzido, mas também que as despesas de juros cresceram. O setor público desembolsou com juros reais o equivalente a 5,36% do PIB. Todavia, se tivesse ocorrido o mesmo superávit primário de 1994 (5,16% do PIB), haveria um equilíbrio operacional. Essa constatação evidencia um aumento das despesas não financeiras do setor público global, o que significa que, para reduzir o déficit público, deverá ocorrer não só uma redução da taxa de juros, mas ainda um maior esforço fiscal.

O setor público global, até abril de 1996, registrou um déficit, pelo conceito operacional, de 3,65% do PIB, sendo que os estados e os municípios foram responsáveis por um déficit de 2,25% do PIB, seguidos pelo Governo Federal e pelo Banco Central com 1,47% do PIB, enquanto as empresas estatais se apresentaram praticamente equilibradas.

Em 1996, houve um aumento considerável do endividamento público. A dívida mobiliária federal fora do Banco Central atingiu o montante de R\$ 151,3 bilhões até maio de 1996 contra R\$ 114,1 bilhões (a preços de maio de 1996) em dezembro de 1995. Somente no mês de maio em relação a abril, esta dívida aumentou R\$ 13,3 bilhões. Esse crescimento expressivo foi causado, principalmente, pela compra de ações do Banco do Brasil pelo Tesouro Nacional, pelos empréstimos do Banco Central às instituições financeiras e pelo ingresso de recursos externos no País.

AGRICULTURA

Após terem enfrentado uma conjuntura difícil durante o ano de 1995 em virtude da significativa queda da receita agrícola, os agricultores gaúchos chegaram no momento da definição do quanto e do quê plantar para a safra 1995/96, com a expectativa de que os preços de seus produtos seriam melhores do que os recebidos na safra passada.

A conjuntura para os mercados da agropecuária do segundo semestre de 1995, tanto externa quanto internamente, já apontava no sentido dessa recuperação. A redução dos estoques mundiais, a pressão de demanda nos países asiáticos, a perspectiva de redução da safra norte-americana em função das adversidades climáticas, e as alterações nos hábitos de consumo de alimentos na Europa, em função da doença da "vaca louca", definiram, com clareza, uma tendência de elevação nas cotações. No mercado interno, havia uma certeza: a conjuntura de queda dos preços agrícolas observada em 1995 não se repetiria em 1996, o que constituía o lado favorável das expectativas dos produtores.

No Rio Grande do Sul a produção dos quatro principais grãos — arroz, milho, feijão e soja — deverá situar-se em torno de 11,5 milhões de toneladas, segundo estimativas do IBGE, bem abaixo, portanto, da safra passada, que foi da ordem de 17 milhões de toneladas.

INDÚSTRIA

Certamente, a valorização cambial decorrente da forma como foi conduzido o processo de estabilização não foi inócua. Seus efeitos fizeram-se sentir especialmente na atividade industrial, na medida em que tanto as indústrias tradicionalmente exportadoras quanto aquelas voltadas prioritariamente para o mercado interno tiveram dificuldades para manter o nível de vendas externas ou a participação no mercado doméstico frente ao acirramento da concorrência. Assim, o processo de reestruturação industrial em curso, de forma mais aparente desde o início da década, tendeu a se acelerar em muitos ramos industriais, o que resultou em elevado número de demissões, no crescimento da velocidade do processo de fusões e aquisições entre empresas e no encerramento das atividades de algumas não competitivas. Ao mesmo tempo, a maior parte dos ramos industriais teve sua produtividade elevada, contra-arrestando a perda de competitividade internacional decorrente da valorização cambial. Paralelamente à sobrevalorização cambial, o nível da atividade industrial (e da economia como um todo) viu-se afetado pelas elevadas taxas de juros reais vigentes durante o processo de estabilização.

A atividade industrial brasileira apresentou, durante o

Plano Real, três momentos bastante distintos. O primeiro caracteriza-se pela acentuada expansão da produção e pela manutenção de um alto patamar da atividade industrial, estendendo-se de julho de 1994 a março de 1995. Essa primeira etapa foi marcada pela recuperação da utilização da capacidade produtiva da indústria brasileira.

A segunda etapa inicia em abril de 1995 e estende-se até agosto do mesmo ano. Caracteriza-se por uma tendência de queda na produção industrial, atingindo seu menor nível no mês de agosto, um ponto percentual abaixo dos resultados obtidos por ocasião do início do programa de estabilização. Essa etapa marca, portanto, o retorno da atividade aos níveis iniciais do Plano Real, com os ganhos de produção observados na etapa precedente sendo absorvidos completamente nessa queda.

A terceira etapa, que se inicia em setembro de 1995 e se estende pelo menos até abril de 1996, caracteriza-se pela estabilidade quanto ao nível da produção industrial brasileira. Estagnação é a palavra que melhor define os efeitos do Plano Real na produção industrial.

No Rio Grande do Sul, a evolução da atividade industrial reproduziu o movimento expansionista da indústria brasileira da primeira etapa do Plano Real, atingindo seu ponto máximo em março de 1995, com uma produção 19,17% superior àquela de julho de 1994. No entanto a queda que se seguiu ao crescimento inicial atingiu de forma mais intensa a indústria de transformação gaúcha, fazendo com que o segundo semestre de 1995 apresentasse um comportamento bastante inferior ao da etapa inicial.

COMÉRCIO EXTERNO

No decorrer de 1995, as importações de bens de capital cresceram significativamente, indicando uma renovação tecnológica no parque industrial brasileiro e, dessa forma, possibilitando a expansão das exportações nos primeiros cinco meses de 1996, concomitantemente com a maior exposição da economia nacional à concorrência externa. Entretanto, dada a abertura da economia, com grandes reduções de alíquotas de importações, as aquisições de bens de consumo do Exterior também continuam crescendo, pressionando os resultados da balança comercial.

Para o corrente ano, não é esperada nenhuma modificação significativa na política cambial, e, desde setembro de 1995, as taxas de câmbio real e efetiva real têm se mantido praticamente constantes. Porém continua o quadro de sobrevalorização cambial produzido pela política de estabilização adotada entre julho de 1994 e início de 1995,

mantendo-se, conseqüentemente, elevada a concorrência da produção interna com as importações

As reservas internacionais vêm crescendo sistematicamente desde abril de 1995 — quando eram de US\$ 29,9 bilhões, pelo conceito de caixa, representando nove meses de importação de bens —, atingindo, em maio de 1996, US\$ 58,0 bilhões, que equivale a 15 meses de importações. Apenas nos primeiros cinco meses deste ano, as reservas cambiais aumentaram 15,1%, e, de maio de 1995 a maio de 1996, o acréscimo foi de 83%. Estima-se que as reservas, no conceito de caixa, para junho cheguem próximo a US\$ 60 bilhões. A maciça entrada de divisas e o risco inerente de acumular reservas formadas basicamente por capitais mais voláteis levaram o Banco Central à imposição de novas restrições, anunciadas no início de fevereiro.

A balança comercial brasileira registrou, em maio, um superávit de US\$ 268 milhões, revertendo o déficit acumulado até abril e gerando um saldo positivo de US\$ 31 milhões no período janeiro-maio, dado que o incremento das exportações foi maior que o das aquisições externas. Nos primeiros cinco meses de 1996, as exportações brasileiras atingiram US\$ 19,079 bilhões, representando um incremento de 10% em relação aos primeiros cinco meses de 1995, enquanto as importações decresceram 8,52%.

No período janeiro-maio de 1996, o valor das exportações gaúchas foi de US\$ 2.198,8 milhões, representando um acréscimo de 13,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, com um decréscimo de 6% na quantidade exportada. O desempenho das exportações gaúchas está diretamente ligado aos setores de calçados, fumo e soja. Os principais países destinatários das vendas gaúchas são os EUA, a Argentina, a Itália, o Reino Unido, a Alemanha e o Uruguai.

Volume XXIV - Número 3 - Dezembro/1996

POLÍTICA MONETÁRIA

No terceiro trimestre de 1996, o Governo deu prosseguimento à sua política de redução gradativa das medidas restritivas impostas ao crédito no Plano Real. Ainda nesse período, aprovou um programa de ajuste para os bancos estaduais, a fim de que se enquadrem em uma conjuntura econômica de moeda estável. A autoridade monetária determinou, também, uma mudança no recolhimento do compulsório sobre os depósitos a prazo.

O fato de o Governo tomar, no decorrer do ano, medidas visando aumentar o crédito, elevar a liquidez e promover uma

queda dos juros começou a refletir-se, de certa forma, no desempenho dos agregados monetários. Assim, a base monetária (BM), pelo critério de média dos saldos diários, cresceu 1,4% em julho. Pela posição de final de período, a sua expansão foi de 11,5%, mantendo, assim a tendência de alta da taxa em 12 meses desde abril último. Com relação ao meio de pagamento (M1), este apresentou crescimento de 1,5%, pelo critério de média dos saldos diários, como reflexo da maior demanda por moeda manual (o saldo médio do papel-moeda em poder do público aumentou 3,6% em julho).

Os bancos estaduais no Brasil, que representam 50% do sistema financeiro nacional, apresentam um rombo de R\$ 22 bilhões, dos quais R\$ 18 bilhões pertencem ao Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Para reverter esse quadro, o Governo Federal lançou, em início de agosto, um amplo programa de financiamento integral das dívidas dos bancos estaduais, preparando-os para a privatização.

Em relação ao mercado acionário, este registrou importantes valorizações no mês de agosto, propiciando excelentes ganhos para os investidores que apostaram na alta.

POLÍTICA FISCAL

A execução financeira do Tesouro no período janeiro a julho de 1996, últimas informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal, apresentou um déficit de caixa de R\$ 5,4 bilhões, ou seja, 574% superior ao registrado no mesmo período de 1995, que foi de R\$ 800 milhões. As receitas acumuladas somaram R\$ 57 bilhões, praticamente empatando com as de 1995. Já as despesas superaram em 7% as do mesmo período anterior, totalizando R\$ 62 bilhões.

Quanto aos dispêndios, as contas que mais cresceram no período em relação a 1995 foram Encargos da Dívida Mobiliária Federal (R\$ 7,9 bilhões), Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 24 bilhões) e Encargos da Dívida Contratual (R\$ 2,8 bilhões). Isso demonstra que o endividamento público continua alto, representando, respectivamente, 63%, 8,16% e 7%.

Considerando-se o resultado primário nos oito primeiros meses de 1996, este representou R\$ 4,1 bilhões, equivalente a 0,84% do PIB, menor que os R\$ 4,9 bilhões ou 1,04% do PIB no mesmo período do ano passado. No que se refere ao resultado operacional, também houve, no período de janeiro a agosto de 1996, uma queda de 0,69% do PIB (R\$ 3,3 bilhões) em relação ao mesmo período de 1995, quando atingiu 0,84% do PIB (R\$ 4,1 bilhões). Isso foi ocasionado pela diminuição do pagamento de juros reais.

Com base no que foi exposto, pode-se observar que o desequilíbrio nas contas dificilmente será resolvido neste ano. Como o déficit acumulado atingiu R\$ 7,4 bilhões, pode-se imaginar que não será revertido a curto prazo.

AGRICULTURA

A queda de preços e a quebra em função da estiagem nas safras 1994/95 e 1995/96, respectivamente, geraram perdas de receita para o setor agrícola gaúcho, que contribuíram para o recrudescimento da inadimplência, que, por sua vez, repercutiu não só sobre a atividade agrícola propriamente dita, mas também sobre as atividades dos segmentos da economia vinculados a esse setor. Enfim, a economia gaúcha ressentiu-se dos problemas de duas safras consecutivas. Embora, a nível nacional, a conjuntura não tenha repercutido tão negativamente quanto no Rio Grande do Sul, a perspectiva de que o setor agrícola pudesse retrair-se excessivamente na próxima safra levou o Governo a demonstrar maior preocupação com a oferta interna de alimentos.

Os agricultores gaúchos, nesta década de 90, têm, com frequência, colhido uma área em torno de 6,5 milhões de hectares na soma das cinco principais lavouras de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo). As exceções foram os anos de 1990, com uma área de 7,0 milhões de hectares, e 1996, com 5,9 milhões de hectares, este último em função da estiagem que se abateu sobre a lavoura gaúcha. Na safra 1996/97, as tendências atuais apontam que a área colhida deverá ficar aquém dos 6,5 milhões de hectares costumeiramente colhidos na maior parte dos anos 90, configurando o que poderíamos chamar de uma estagnação do espaço ocupado por aquelas lavouras nas últimas seis safras.

INDÚSTRIA

No mês de julho de 1996, a produção da indústria de transformação brasileira apresentou uma elevação de 10,07% frente à do mesmo mês do ano anterior. Esse crescimento, embora insuficiente para recuperar os sucessivos resultados negativos obtidos no primeiro semestre (em comparação aos obtidos em igual período de 1995), representa uma significativa recuperação do patamar da atividade industrial no País.

Em que pese ao bom resultado obtido no mês de julho, a produção industrial acumulada entre janeiro e julho de 1996 mostra-se 3,60% inferior à atividade registrada no mesmo período do ano passado. O saldo negativo acumulado neste ano decorre, principalmente, do fraco desempenho apresentado pelo setor industrial no primeiro trimestre.

Cabe ressaltar que os bens duráveis de consumo vêm mantendo, ao longo do ano, um expressivo patamar em sua produção. A categoria bens de capital, por sua vez, tem sido, ao longo do ano, aquela de pior desempenho, embora tenha apresentado uma lenta recuperação.

O comportamento dos gêneros da indústria de transformação do Rio Grande do Sul mostra que o acumulado do ano, considerando-se a indústria em geral (-7,74%), foi mais influenciado pela performance da mecânica, que contribuiu com 5,78 pontos percentuais para o resultado obtido. No acumulado dos últimos 12 meses até julho, esse gênero apresentou uma queda de 54,70% em sua produção, quando comparada à do período ago./94-jul./95. Material de transporte (-1,75 ponto percentual) e metalúrgica (-0,99 ponto percentual) também influenciaram na redução verificada no período.

COMÉRCIO EXTERNO

No início do ano, as perspectivas em relação às exportações gaúchas eram pouco otimistas, tendo em vista o fraco desempenho das mesmas ao longo de 1995, quando seu crescimento foi de apenas 3,07%, enquanto as exportações brasileiras se elevaram em 6,77%, quando comparadas com as de 1994. Neste ano, porém, o quadro vem se mostrando bem mais favorável, pois, nos sete primeiros meses de 1996, as exportações gaúchas mostraram um desempenho superior ao de igual período do ano anterior, com um crescimento da ordem de 12,77% contra os 7,56% do total brasileiro.

Como decorrência desse desempenho, o Rio Grande do Sul ocupa agora o segundo lugar entre os estados exportadores, sendo superado apenas por São Paulo e participando com 12,23% do total exportado pelo Brasil. De janeiro a julho de 1995, a participação do RS nas exportações brasileiras foi de 11,67%.

Três setores são o carro-chefe das exportações gaúchas: calçados, fumo e soja. O principal mercado para as exportações gaúchas continua sendo os EUA, e as vendas do Estado para esse país elevaram-se em 28,21%, quando se compara jan.-jul./96 com igual período de 1995. Em relação à Europa, as vendas para a Alemanha elevaram-se em 34,24% no mesmo período. Entretanto tradicionais parceiros do RS, como os Países Baixos, a Espanha e a Itália, registraram quedas em suas compras do RS (-28,96%, -28,51% e -2,55% respectivamente). O Reino Unido, embora tivesse um desempenho positivo, ficou quase estável, já que a taxa de variação para essa região foi de apenas 1,26%.

Aumentaram também as vendas do Estado para o Mercosul (11,81%) nos primeiros sete meses de 1996, principalmente devido ao incremento das exportações para a Argentina, já que, para o Uruguai, se elevaram em apenas 4,76% e, para o Paraguai, registraram um decréscimo de 6,27%.

Volume XXIV - Número 4 - Fevereiro/1997

**POLÍTICA
MONETÁRIA**

A política de redução das taxas de juros e de flexibilização do crédito praticada pelo Governo no segundo semestre de 1996 mostra os seus resultados, traduzidos por um crescimento de 2,7% do PIB do País no terceiro trimestre do ano relativamente ao trimestre anterior e de 6,5% ante a igual trimestre de 1995.

O aquecimento da demanda agregada da economia, que causou essa retomada do crescimento da produção interna do País, provocou, entretanto, uma elevação do nível de inadimplência, o qual aumentou em agosto para todos os setores da economia, alcançando 28% na indústria, 26% no crédito rural e 25% no comércio.

No último trimestre do ano, o Governo prosseguiu na sua política de redução gradual das taxas de juros e manteve a liberação do crédito. Com relação à oferta da moeda na economia (agregados monetários), segundo os últimos dados divulgados pelo Banco Central, a base monetária (BM) apresentou uma expansão de 2,4% em setembro, pelo critério de média dos saldos diários, decorrente da combinação entre o crescimento de 3,5% do papel-moeda emitido e o declínio de 1,1% verificado nas reservas bancárias.

**POLÍTICA
FISCAL**

A política econômica adotada pelo Governo tem-se refletido nas contas públicas. A necessidade de neutralizar o impacto monetário expansionista, decorrente da entrada de recursos externos, através do lançamento de títulos, elevou o endividamento público e, conseqüentemente, os seus encargos.

O setor público global registrou um déficit operacional de 3,98% do PIB até outubro de 1996, sendo que os estados e os municípios foram responsáveis pela maior parcela desse déficit (2,18% do PIB). O Governo Federal e o Bacen tiveram um déficit de 1,69% do PIB, enquanto as empresas estatais atingiram 0,11% do PIB.

Apesar de elevado, o déficit operacional foi menor do que o do ano de 1995. As estimativas oficiais, no início do ano, eram de que o mesmo atingiria 2,5% do PIB em 1996, que

corresponderia à metade do déficit público alcançado em 1995 (5% do PIB). Essa previsão foi alterada; e o Governo estima para este ano um déficit operacional de 4% do PIB.

Ressalta-se que o déficit primário do setor público foi maior do que a equipe econômica previa, em vista de o Governo ter reconhecido dívidas antigas (chamadas de "esqueletos"), que resultaram, por exemplo, na capitalização do Banco do Brasil e na securitização de dívidas, principalmente dos débitos agrícolas.

Espera-se, para 1997, um melhor desempenho das contas públicas, levando em conta o impacto favorável das medidas tomadas para redução do déficit público.

AGRICULTURA

Há expectativas de que a safra nacional de verão 1996/97 repita os 80 milhões de toneladas colhidas na safra 1994/95. Caso não ocorram problemas climáticos e os recursos para custeio cheguem a tempo, a agricultura poderá ter um ganho adicional em relação ao ano passado, considerando-se a recuperação dos preços agrícolas.

Efetivamente, os preços mundiais mudaram de patamar e alteraram as referências para o setor agrícola nacional, com uma alta sensível no último ano, em nível mundial.

Preocupado com a queda da safra agrícola de 1995/96 para 73 milhões de toneladas, o Governo lançou uma política sob criteriosa observação na busca de restituir a capacidade de resposta do setor, anunciando o plano para a safra bem mais cedo do que vinha fazendo normalmente e, assim, dando mais tempo ao agricultor para se planejar. As medidas anunciadas compreendem um aumento de recursos financeiros de R\$ 3,5 bilhões em 1996, taxas de juros mais baixas, isto é, de 16% para 12% ao ano, e a continuação da diferenciação nos preços mínimos por região, com reajustes de 5% a 11% para as principais culturas.

Como os agricultores se encontravam endividados, o Governo retomou a questão do alongamento de suas dívidas, alocando no setor R\$ 7 bilhões, oriundos da emissão de títulos públicos.

INDÚSTRIA

Partindo da idéia de competitividade sistêmica ou estrutural, ou de sistema nacional de inovação, diversos estudos sustentam a importância da endogeneização da produção de bens de capital para o crescimento sustentado de uma economia e para a difusão interna de inovações. A conhecida pesquisa empírica de Pavitt (1984) também chama atenção para o caráter nodal da produção de equipamentos para a difusão interna de tecnologia, assim como relações

que se estabelecem entre esses segmentos com os produtores de instrumentos de precisão e os da indústria eletrônica. Em outras palavras, importar equipamentos às custas da destruição da produção interna desses bens não assegura a competitividade da indústria no seu conjunto, favorecendo apenas aquelas empresas capazes de garantir a substituição dos equipamentos através da importação. Essa é uma das razões que não permitem assumir uma perspectiva otimista com relação ao crescimento sustentado da economia brasileira, bem como das exportações, já que uma de suas bases, a indústria de bens de capital, se encontra seriamente ameaçada.

Conforme já havia sido previsto nos números anteriores desta revista, após uma fase de relativa estagnação do crescimento industrial, a indústria brasileira voltou a crescer, ainda que moderadamente. A liderança coube mais uma vez à indústria de bens de consumo duráveis, que se afasta aceleradamente dos demais setores, resultado coerente com aqueles relativos à utilização da capacidade instalada nas indústrias automobilística e de eletrodomésticos, já referidos acima. Esses segmentos são os mais favorecidos pela estabilização dos preços, bem como pelas recentes medidas de liberação do crédito ao consumidor. O pior desempenho foi assinalado pela indústria de bens de capital, ilustrando a difícil situação desse setor, cujos efeitos multiplicadores foram comentados no início deste artigo. No caso dos bens de consumo não duráveis, seu comportamento, mesmo ascendente, ainda oscila bastante, devendo crescer significativamente no final do ano por razões sazonais. Finalmente, a indústria de bens intermediários apresenta um comportamento mais estável, embora venha se recuperando muito lentamente, provavelmente refletindo o esgotamento da capacidade instalada e a insuficiência de investimento em diversos segmentos.

No que se refere à indústria de transformação do Rio Grande do Sul, uma trajetória semelhante à do Brasil entre janeiro e setembro de 1996, embora o Estado tenha mantido um nível de produção física superior com relação ao ano de 1991.

COMÉRCIO EXTERNO

À semelhança de outros programas de estabilização na América Latina, o Brasil convive atualmente com uma apreciação da moeda nacional que ameaça desestruturar as contas externas. A "armadilha cambial" está se transformando em um dos maiores entraves ao crescimento da economia brasileira. No afã de garantirem o controle da inflação, os

artífices do Plano Real cometeram alguns excessos já no seu início, ao permitirem a aceleração brusca da abertura comercial e uma imediata e significativa apreciação da taxa cambial.

A apreciação da taxa de câmbio efetiva real no período pós-Plano Real, calculada pela Funcex em 8,5% para setembro de 1996 em relação a julho de 1994, ou 15,7% quando comparada a junho de 1994 – pré-Plano Real –, não revela, em toda sua plenitude, a situação adversa das exportações.

A vulnerabilidade das exportações brasileiras também reside no seu padrão de especialização. O Brasil vem apresentando uma crescente especialização na exportação de *commodities* manufaturadas, ou seja, em produtos intensivos em recursos naturais, de baixo conteúdo tecnológico, com especial destaque para os produtos metalúrgicos.

O fato incontestável, porém, é que as importações se expandem mais rapidamente do que o PIB, levando a uma substituição expressiva de produtos nacionais por similares importados, tanto que o coeficiente de importações em relação ao PIB pulou de 4,5% na média do período 1988-90 para cerca de 9% em 1995.

O agravamento do déficit da balança comercial, o aumento no desembolso com juros da dívida externa dos setores privado e público, a elevação das despesas com viagens internacionais, dentre outros itens, provocaram um déficit na conta de transações correntes do balanço de pagamentos de US\$ 3,707 bilhões em outubro, representando o maior já registrado em um único mês pelo Brasil. Com isso, o déficit de transações correntes acumulado entre janeiro e outubro de 1996 passou para US\$ 17,2 bilhões, equivalendo a 2,89% do PIB.

O Brasil pagou US\$ 10,6 bilhões de juros da dívida externa nos 10 primeiros meses do ano, enquanto as receitas obtidas com juros de aplicações feitas no Exterior – fundamentalmente das reservas internacionais – renderam ao País US\$ 2,4 bilhões. Portanto, houve um desembolso líquido com o pagamento de juros da ordem de US\$ 8,2 bilhões.
